



Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 59.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos

trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 049/95

Curitiba, 23.06.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 874.647,00 (oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender a aquisição de equipamentos e material permanente por intermédio do Fundo de Reequipamento para a Polícia Militar - FUMPM.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01	
DA DESPESA ANEXO				RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	ILI	VALOR	IN.DO
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP
I 3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I I		I
I	IPUBLICA	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 3109	ICOMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR	I	I I I		I
I 1021	IINVESTIMENTOS PARA A POLICIA	I	I I I		I
I	IMILITAR	I 4121.00	I39ILI	874.647	I0538
		T O T A L		I	874.647 I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I		ESPECIFICACAO		VALOR	IN.DO IPROC ICOP
I		INATUREZA I DA IFTIDI			
I		IDESPESA I IRI			
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I I I		I
	IPUBLICA	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3112	ICORPO DE BOMBEIROS	I	I I I		I
1024	IINVESTIMENTOS PARA O CORPO DE	I	I I I		I
	IBOMBEIROS	I	4121.00I00ILI	150.000	I0538
	I	I	4122.00I00ILI	665.000	I0538
1026	IADMINISTRACAO E EXPANSAO DO SIATEI	I	4122.00I00ILI	59.647	I0538
T O T A L I				874.647	I

ACRESCIMO RECEITA CENT ANEXO		A N E X O I I I		FL. 02 RS 1,00	
CODIGO I		ESPECIFICACAO		VALOR	IPROC
I		I FT I			
1122.05.00	ITAXA DE SEGURANCA PREVENTIVA	I	39 I	874.647	I0538
T O T A L I				874.647	I

REDUCAO RECEITA CENT ANEXO		A N E X O I V		FL. 02 RS 1,00	
CODIGO I		ESPECIFICACAO		VALOR	IPROC
I		I FT I			
1113.02.00	IIMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I	00 I	874.647	I0538
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I	I		I
	ITRANSP.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I	I		I
	ICOMUNICACAO	I	I		I
T O T A L I				874.647	I

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 874.647,00 (oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 050/95

Curitiba, 23.06.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a contratar, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, operação de crédito até o montante de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), cujos recursos serão destinados à aquisição de equipamentos e material permanente, para o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, a ser implementado pelo IAPAR e COPEL, através de convênio.

No sentido de apresentar o devido detalhamento quanto aos aspectos da indiscutível necessidade, oportunidade e do elevado interesse público de que se reveste a medida, é feita anexação de cópia autêntica do Ofício nº GS/HEP/0604/95, de 19 de junho de 1995, a mim encaminhado pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Certo de que a presente proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Instituto Agrônomo

do Paraná - IAPAR, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, autorizado a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, até o montante de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), para aquisição e instalação de equipamentos e material permanente, destinados ao Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, a ser implementado pelo IAPAR e Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 2º - Para efetivação da operação de que trata o artigo anterior, a COPEL fica autorizada a prestar garantia através de aval, carta de fiança ou de outro instrumento similar.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 051/95

Curitiba, 23.06.95.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 66, inciso II, combinado com o art. 53, inciso IX, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer disciplinamento legal para aposentadorias voluntárias em que se somem, na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício de magistério e períodos de outras atividades, adotando-se critério para proporcionalidade de tempo em cada modalidade em relação ao previsto nas alíneas "a" e "b", do inciso III, do art. 40, da Magna Carta.

A medida constante do plano de lei ora encaminhado consulta aos superiores interesses tanto da Administração quanto dos servidores estaduais e decorre de resultado de estudos conjuntos da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Administração. Com o advento de lei estadual nos termos propostos estar-se-á obtendo definição legal precisa em torno do assunto, eis que pela clareza do almejado dispositivo não haverá possibilidade de interpretações variadas ou dúvidas, que venham impedir a boa e tranqüila exequibilidade da medida em epígrafe, em muito reivindicada pelo funcionalismo, em particular pelos integrantes do Quadro do Magistério.

Por outro lado, vale ressaltar que o anteprojeto de lei em causa, virá definir e solucionar vários processos de aposentadorias requeridas com base no Decreto nº 4.007, de 14 de setembro de 1994, que o

egrégio Tribunal de Contas do Estado tem julgado carente de respaldo, por entender que as definições nele contidas só através de lei poderão encontrar eficácia. Assim, uma vez aprovada e transformada em lei esta proposição, as pendências hoje existentes em processos que tramitar pelos órgãos técnicos do Tribunal de Contas, ficariam indiscutivelmente solucionadas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA SALLES BELINATI

Governadora do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Nas hipóteses de aposentadoria voluntária, em que se somem, na contagem de tempo de serviço, períodos de efetivo exercício do magistério e períodos de exercício de outras atividades, adota-se o critério da proporcionalidade do tempo de serviço prestado em cada modalidade em relação ao tempo previsto nas alíneas "a" e "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, e enquanto permanecer a redação atual.

Art. 2º - Não se aplica o critério da proporcionalidade, quando sem ele o servidor reunir condições de atingir o tempo necessário à aposentadoria voluntária, notadamente, quando:

I - o servidor somar tempo de serviço em efetivo exercício do magistério suficiente para a aposentadoria especial, nos termos da alínea "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, ainda que tenha período de tempo de serviço sujeito à regra da alínea "a" do mesmo art. 40;

II - o servidor tiver tempo de serviço suficiente para a aposentadoria nos termos da alínea "a", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, ainda que tenha período de tempo de serviço sujeito à regra da alínea "b", do mesmo art. 40;

III - o servidor computar períodos de tempo de serviço sujeitos às regras das alíneas "a" e "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988, que somados de forma simples, isto é, sem o critério da proporcionalidade a cada alínea, sejam suficientes para concessão da aposentadoria na forma da alínea "a", do mesmo art. 40.

Art. 3º - O critério da proporcionalidade aplica-se única e exclusivamente para fins de aposentadoria voluntária a ser concedida pelo Estado do Paraná e:

I - não gera efeitos ou direitos de

quaisquer outras ordens; e

II - não obriga outros órgãos ou entidades concedentes de aposentadoria que devam computar tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do § 3º, do art. 40, da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo Único - É vedada a aplicação do critério da proporcionalidade para averbação de tempo de serviço nos registros funcionais do Estado do Paraná, bem como a expedição de certidão de tempo de serviço do Estado com aplicação do critério da proporcionalidade.

Art. 4º - A aplicação do critério da proporcionalidade depende de requerimento expresso do interessado, formulado juntamente com o pedido de aposentadoria.

Art. 5º - O tempo de serviço adquirido com base nos artigos 248 e 150, "caput", da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, não pode ser objeto da conversão prevista nesta lei.

Art. 6º - O tempo de serviço a ser convertido é apurado em dias, desprezadas as frações, somando-se ao tempo não convertido, também apurado em dias, sobre cujo total aplica-se a regra dos parágrafos 1º e 2º, do art. 132, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo Único - Não há conversão de período de atividade sujeito à regra da alínea "a", em tempo sujeito à regra da alínea "b", do inciso III, do art. 40, da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º - A presente lei tem efeitos retroativos a 14 de setembro de 1994, data de publicação do Decreto Estadual nº 4.007.

Parágrafo Único - Convalidam-se as aposentadorias em cuja concessão houve aplicação do Decreto Estadual nº 4.007, de 14 de setembro de 1994.

Art. 8º - Não cabe revisão de aposentadorias concedidas anteriormente a 14 de setembro de 1994, para efeito de aplicação da presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº 041/95, da Senhora Elizabeth Nogueira Calmon de Passos - Juíza Eleitoral da 160ª Zona Eleitoral, encaminhando Ata de apuração e mapa geral dos resulta-

dos relativos à consulta plebiscitária para o desmembramento e criação do Município de Reserva do Iguaçu, realizada em 28 de maio do corrente ano. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° GS/SEED/1465/95, do Senhor Ramiro Wahrhaftig - Secretário de Estado da Educação, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Número de Matrículas 1993/1994 na Escolas Municipais de Curitiba e Região Metropolitana". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o n° ATCC/688/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Irineu Mário Colombo, que pede esclarecimentos sobre "Obras de pavimentação com pedras irregulares em ruas e estradas de Medianeira". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o n° 218/95, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelos Senhores Deputados Florisvaldo Fier e Irineu Mário Colombo, que pedem esclarecimentos sobre "Relação de aprovados e chamados do último concurso realizado pelo BANEESTADO". **Ao Conhecimento dos Senhores Deputados Interessados.**

Sob o n° 219/95, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Senhor Deputado Péricles de H. Mello, que pede esclarecimentos sobre "Cobrança de taxa de serviço pelo BANEESTADO, no licenciamento de veículos". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o n° 983/95, do Senhor Armando Raggio - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Compras efetuadas pelo Hospital São Roque". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o n° CTL/SEEG/095/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 076/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/099/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 114/95, de autoria do Deputado Cezar Sil-

vestri, em razão do fato da Entidade "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste", já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei n° 10.993, de 27 de dezembro de 1994. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os n°s CTL/SEEG/092, 093, 094, 096, 097, 098, 100, 101, 102, 103 e 104/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os projetos de lei n°s:

104/95: De autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli que, insere item "2", no inciso IV - Grupo "D", do artigo 23, da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, alterado pela Lei n° 10.110 de 13 de outubro de 1992, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.103. **Anote-se - Arquite-se.**

087/95: De autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra que, autorizam o Poder Executivo a anuir na doação da Fundação Universidade Estadual de Maringá à União, do lote de terras que especifica, situado no Município de Maringá, que deverá ser utilizado exclusivamente para a construção de uma Unidade Descentralizada do Centro de Formação Tecnológica do Paraná naquele município, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.104. **Anote-se - Arquite-se.**

030/95: De autoria do Deputado Joel Coimbra que, autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terras que especifica, situada na Avenida Doutor Luiz Teixeira Mendes (fundos do Horto Florestal), no Município de Maringá, destinada às atividades de ensino e pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.105. **Anote-se - Arquite-se.**

199/95: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Papa Paulo VI, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.106. **Anote-se - Arquite-se.**

188/95: De autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello que, autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento do capital social do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANEESTADO, no montante de até R\$ 13.000.000,00, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.107. **Anote-se - Arquite-se.**

121/95: De autoria do Deputado José Tavares que, denomina Ambulatório Doutor Heber Soares Vargas, o ambulatório do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Londrina, o qual convertido em Lei to-

mou o n° 11.108. **Anote-se - Arquivo-se.**

119/95: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública, a entidade assistencial denominada Asilo São Vicente de Paulo, localizado no Município de Mandaguá - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.109. **Anote-se - Arquivo-se.**

038/95: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.110. **Anote-se - Arquivo-se.**

088/95: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bocaiúva do Sul, com sede e foro no mesmo município, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.111. **Anote-se - Arquivo-se.**

082/95: De autoria do Deputado Antônio Belinati que, declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Festival de Música de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.112. **Anote-se - Arquivo-se.**

035/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartão que, denomina Escola Estadual Desembargador Jorge Andriguetto, o estabelecimento de ensino que especifica, situado no Município de Fazenda Rio Grande - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.113. **Anote-se - Arquivo-se.**

Ofício:

Of. 300/95

Curitiba, 27 de junho de 1995.

Ao
Excelentíssimo Senhor Presidente
Nestor Baptista
Curitiba - PR

Tenho a grata satisfação de vir a presença de Vossa Excelência, com o intuito de comunicar que toda a Comunidade Escolar (professores, funcionários, pais e alunos), da rede estadual de educação, que por intermédio deste, solicitam a Vossa Excelência, aditância de prazo junto a este Tribunal de Contas do Estado do Paraná para que haja a prorrogação do prazo estabelecido pelo acórdão de n° 4.290/94, reformulado pela Resolução n° 1485/95 desse egrégio Tribunal, até o dia 31 de novembro do ano em curso.

A presente solicitação se dá em virtude dos seguintes motivos:

I - A data de 30/06/95, estabelecida pelo Tribunal de Contas, para retorno à sala de aula para os professores que estão ocupando as funções de Direção e Técnicos Pedagógicos é sobremaneira prejudicial ao desenvolvimento das atividades escolares, haja vista o transtorno que ocorrerá na grande maioria das escolas do Estado em virtude de um novo processo de distribuição de aulas em meados do ano letivo;

II - Além dos prejuízos administrativos para as escolas, núcleos de educação e a própria SEED, oriundos do abrupto retorno de profissionais, que na eminência de perderem direitos fundamentais, como o da aposentadoria especial, reassumem suas salas de aula, há um caos pedagógico. Primeiro, pela inexperiência dos profissionais que ocuparão, temporariamente essas funções, e segundo, porque a essa altura do ano letivo, os maiores prejudicados com as trocas de professores serão os educandos, face à necessidade de readaptação à metodologia de trabalho desenvolvido pelos novos professores, além de causar a interrupção do projeto político pedagógico desenvolvido em cada estabelecimento, o qual requer antes de tudo, um envolvimento de todos os funcionários.

III - Em outubro próximo, ocorrerão novas eleições para direção de escolas. Dessa forma, todas as comunidades escolares, acreditam para que o transcurso seja tranqüilo das atividades educacionais nesses estabelecimentos e para que não hajam prejuízos à vida funcional dos professores, é imprescindível a permanência dos profissionais em suas atividades atuais, até que seja realizada a referida eleição.

Certo de que poderei contar com a especial atenção de Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para externar os meus agradecimentos em nome de toda a comunidade escolar do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) CLEITON KIELSE

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos através do presente, encaminhar a Vossa Excelência os novos membros integrantes da Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J..

Deputado Edgard Bueno - Titular

Deputado Cezar Silvestri - Suplente

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

Líder do PSDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1854

Senhor Presidente.

Atestado Médico

Atesto, para os devidos fins, que Ricardo Chab persiste com broncopneumonia, necessitando repouso nos dias 27 e 28/06/95.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) DR. TOTILA

REQUERIMENTO N° 1841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 209/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Paraná - AMUNOP", com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Anibal Khury.

REQUERIMENTO N° 1842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 251/95, oriundo de Mensagem Governamental n° 051/95, que objetiva estabelecer disciplinamento legal para aposentadorias voluntárias.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Anibal Khury.

REQUERIMENTO N° 1843

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 250/95, oriundo de Mensagem Governamental n° 050/95, que objetiva autorizar o IAPAR, a contratar operação de crédito até o montante de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais).

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Anibal Khury.

REQUERIMENTO N° 1844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 249/95, oriundo de Mensagem Governamental n° 049/95, que objetiva a abertura de crédito suplementar, ao vigente orçamento da

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Anibal Khury.

REQUERIMENTO N° 1845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 191/95, oriundo de Mensagem Governamental n° 035/95, que objetiva abertura de crédito suplementar, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Anibal Khury.

REQUERIMENTO N° 1846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 215/95, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola de equitação Horse Manship o imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Anibal Khury

REQUERIMENTO N° 1839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei Complementar n° 090/95.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) DUILIO GENARI

REQUERIMENTO N° 1830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, no que dispõe o Art. n° 95, e após ouvido o Plenário, REQUER, a realização de uma Sessão Secreta, no próximo dia 28 de junho do corrente, após a Sessão Ordinária, objeti-

vando a discussão de assuntos relacionados com o Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. Para tanto, requer ainda a convocação do Secretário de Finanças do Estado do Paraná e a Diretoria da referida instituição financeira.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Sessão Secreta ora proposta é de fundamental importância, considerando que vários assuntos relacionados com o Banco do Estado do Paraná estão a merecer um questionamento mais aprofundado por parte deste Parlamento, para sua efetiva elucidação. Dentre as questões que deverão ser debatidas destacam-se a política de pessoal adotada pela instituição; sua política de expansão; o comportamento do Banco Del Paraná, do qual o BANESTADO é acionista majoritário; situação de agências sediadas fora do Estado; situação atual do Banco e perspectivas futuras, assim como das empresas que lhe são vinculadas.

As questões acima elencadas nos causam profundas preocupações em face das mudanças ocorridas na área econômica e à atual política de privatizações. Cabe ainda, esclarecer que julgo ser esta a forma mais adequada para este Parlamento exercer, em relação à instituição financeira oficial do Estado, seu pleno exercício de fiscalização e controle que lhe é outorgado pelo Artigo n° 54, inciso XXVIII, da Carta Estadual, razão pela qual, encareço a devida aprovação do requerimento, por parte dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 1859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja formado uma Comissão de Deputados para verificar "in loco", o problema que existe no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 1864

Senhor Presidente.

Na forma do que prescreve o artigo 35, do Regimento Interno, os adiante nominados Deputados com assento nesta Casa, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja constituída Comissão Especial, integrada por cinco Deputados, para no prazo de vinte (20) dias, contado do dia 1° de agosto do corrente ano, efetuar estudos e elaborar projeto a fim de viabilizar a informatização do processo legislativo da Assembléia do Estado do Paraná.

O trabalho da Comissão proporcionará estudos que ofereçam a oportunidade aos Deputados de terem acesso nos respectivos

gabinetes, através de terminais ligados em rede, aos projetos incluídos na Ordem do Dia, com pareceres, emendas, assim como informações sobre a tramitação de todas as proposições protocoladas na Casa, ou seja, indicações, requerimentos, projetos e suas fases dentro do processamento legislativo.

A informatização do arquivo de leis da Assembléia será fonte de pesquisa essencial para todos os Deputados, inclusive a consulta jurídica poderá ser feita através de interligação desse sistema com o PRODASEN do Senado Federal.

A Assembléia do Estado do Paraná não pode continuar alheia a esses avanços tecnológicos, funcionando como se estivesse na década passada, onde todos os empreendimentos são manuais e sem nenhum tipo de informação colocada à disposição dos Deputados. Além de representar defasagem inaceitável, a falta de informatização do processo legislativo acarreta o emprego de um número muito grande de funcionários na tramitação burocrática, sendo que os mesmos poderiam ser utilizados na melhoria qualitativa dos serviços em questão.

Reclama-se que há poucas oportunidades de ação para os parlamentares a nível estadual, contudo, a falta de informatização restringe ainda mais esse trabalho, tolhendo muitas iniciativas dos Deputados, posto que a falta de informação é fatal para a elaboração legislativa.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(aa) EMERSON NERONE

EDUARDO TREVISAN

BEITO RICHIA

REQUERIMENTO N° 1828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei Complementar n° 106/95, que "ordena a composição, as atribuições e recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC e estabelece outras providências", seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esportes para parecer.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Em vista da importância do projeto de lei complementar em questão e a sua interação com as Universidades Estaduais é imprescindível que a Comissão de Educação, Cultura e Esportes deste Legislativo se pronuncie sobre o mesmo antes da sua votação pelo douto Plenário.

REQUERIMENTO N° 1814

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário seja designado o dia 25 de agosto de 1995, para a realização da Sessão Solene para outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Senhor Justino Alves Pereira, conforme Lei nº 10.139 de 21/11/92, a ser realizada na data supra, na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibioporã, no município de Ibioporã.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO N° 1798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação de votos de pesar pelo falecimento do pioneiro maringense Giuseppe Legge, ocorrido no dia 24 último, comunicando-se à família enlutada e à direção da CONTERPAVI - Construções, Terraplenagens e Pavimentações Ltda., à Rua 1, s/n° - Parque Industrial - Maringá / PR.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O falecido escreveu uma rica história de trabalho e amizades em Maringá e na região norte do Paraná.

A empresa por ele presidida, a CONTERPAVI - Construções, Terraplenagens e Pavimentações Ltda., realizou inúmeras obras de vulto, que influenciaram decisivamente no progresso da região e bem-estar de seus habitantes.

Além disso, seu espírito sempre cordial cativou inúmeras amizades.

Seu nome será sempre lembrado com admiração e saudade.

REQUERIMENTO N° 1800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER envio de voto de pesar pela morte do Doutor Akira Tamura, médico e pioneiro na Cidade de Uraí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER envio de voto de pesar pela morte do Senhor Antonio Virgílio, na Cidade de Ibioporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento o Senhor Enio Pipino.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Enio Pipino foi um "plantador de cidades", um dos últimos exemplares da espécie rara dos colonizadores privados que construiu sua saga desbravando - com método e previsão - territórios virgens para neles implantar colonizações planejadas compostas por sítios de pequenos proprietários rurais, cidades de serviço para o atendimento de suas zonas de influência e, com isso, viabilizando o assentamento de milhares de famílias de pequenos agricultores, micros e médios empresários urbanos.

Nasceu em 12 de junho de 1917, em Penápolis, SP. Chegou a Presidente Venceslau em 1928, com 11 anos, e lá passou toda sua mocidade a estudar e trabalhar. Em 1942, foi nomeado Juiz de Paz, no Município de Presidente Venceslau, exercendo esta atividade até o ano de 1945.

Em 1948 fundou a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda., hoje, SINOP Terras Ltda., a mais antiga empresa de colonização ainda em funcionamento no País.

Com recursos próprios e capital de risco amealhado ao longo de mais de cinquenta anos de ininterrupto esforço, Enio Pipino era um trabalhador infatigável que vibrava com as realizações, não descansava enquanto um projeto não estivesse consolidado, e com isso, semeou mais de vinte cidades pelo hinterland brasileiro, atuando em Estados como o Paraná, os dois do Mato Grosso e mesmo em São Paulo, assentando mais de meio milhão de brasileiros em municípios tão diferentes como Ibioporã, Ubitatã, Formosa do Oeste e Jesuítas do Paraná.

Em 1971 iniciou o projeto de colonização da gleba "Celeste", implantando as cidades Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia, obras de infra-estrutura, cooperativa e campos experimentais, como escolas, igrejas, centros de lazer. O projeto de colonização da gleba Celeste foi considerado pela SUDAM como de interesse nacional, sendo até emancipado pelo INCRA. A área do projeto configura atualmente a do Município de Sinop - Mato Grosso.

Empreendedor de visão, foi um dos primeiros empresários a implantar um projeto de destilaria de cereais como resposta para a crise de energia dos anos 70 e sempre observava com otimismo as perspectivas

de desenvolvimento do Brasil, assinalando que "não há crise que não se resolva em seis meses; por isso toca continuar lutando..."

Ainda em vida, reuniu seus familiares e colaboradores para determinar sua visão de continuidade em relação ao Grupo SINOP, que criou e dirigiu por mais de 40 anos: "Devemos nos esforçar ao máximo para dar continuidade ao trabalho, porque os homens passam, mas seus empreendimentos não devem parar nunca."

Tornou-se Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, entre outros tantos títulos, homenageado em vida por esta Casa de Leis e demais poderes públicos. Enio Pipino desaparece aos 77 anos, deixando a esposa viúva, Dona Lélia, com quem era casado em segundas núpcias.

Ao propor a inserção deste voto de pesar nos registros desta Casa de Leis, pretendo destacar para as novas gerações o exemplo da tenacidade e perseverança, de negócios e de sensibilidade humana desse colonizador excepcional e desse cidadão paranaense de honra que foi Enio Pipino.

Que sua memória seja perpetuada pelo seu valor como pessoa e como homem de visão e de horizontes largos, criador de riquezas e plantador de cidades, legítimo continuador da saga dos integradores do território que constituíram nossa história e nossa nacionalidade brasileira.

REQUERIMENTO N° 1838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Giuseppe Leggi, ocorrido no dia 24 de junho do corrente ano, no Município de Maringá, Paraná.

Requer ainda que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Castro Alves, n° 622, Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

No dia 24 de junho de 1995, faleceu o Senhor Giuseppe Leggi, empresário renomado na Região Noroeste. Sua empresa, com sede em Maringá e Cianorte, prestou inúmeros serviços às coletividades que a partir de então está acéfala de seu diretor maior. De origem italiana, o Sr. Giuseppe cativava a todos que o conheciam, sendo exemplo ímpar de cidadão que esperamos seja lembrado para sempre.

Hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família enlutada, votos de pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul, pelo transcurso do 77° Aniversário de sua emancipação política dia 14/07/95.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Ansenor Valentin Girardi, ao vice-Prefeito, Sr. Alceu Glier, assim como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Rio Azul, irá comemorar a passagem de seus 77 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de julho.

Todo esforço de seus administradores de todos os tempos, já estão apresentando surpreendentes resultados, como se pode verificar pelo crescente progresso do Município.

O aniversário de Rio Azul diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

O município de Rio Azul caminha a passos largos em direção ao seu maior objetivo, que é um desenvolvimento cada vez mais rápido para proporcionar à população melhores condições de vida.

Toda a população de Rio Azul é digna do nosso respeito e admiração, pois na constante busca de melhores dias, está edificando uma sociedade mais justa e mais humana.

Ao contentamento de toda a população de Rio Azul une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, na certeza de que o progresso é fruto do trabalho diuturno de seu povo, pois o trabalho conjunto, a união de forças é o fator básico para as conquistas e benefícios alcançados ao longo de todos esses anos.

REQUERIMENTO N° 1789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Exmos. Srs. Dr. Hitoshi Nakamura, Digníssimo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Hirotoshi Taminato, Digníssimo Superintendente da SUCEAM, congratulando-se pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo à frente das respectivas pastas, principalmente - quan-

to ao atendimento às reivindicações dos municípios da Microrregião Onze - AMERIOS.

Do aprovado, requer ainda sejam comunicados os senhores Luiz Sorvos, Prefeito Municipal de Nova Olímpia e Presidente da AMERIOS (Rua L. Pradela, 265 CEP 87230-000); Jorge Moreira da Silva (Prefeito Municipal de Cianorte, CEP 87200-000); Julio Manzotte (Prefeito Municipal de São Tomé, CEP 87220-000); Avelino Aleotti (Prefeito Municipal de Japurá, CEP 87225-000); Orlando Cassaro (Prefeito Municipal de Indianópolis, CEP 87210-000); Norberto Martins Quental (Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, CEP 87215-000); Taketoshi Sakurada (Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, CEP 87450-000); Carlito Schmidt Vileta (Prefeito Municipal de Tapejara, CEP 87430-000); Paulo Borges de Medeiros (Prefeito Municipal de Rondon, CEP 87800-000); Luiz Carlos Guerra (Prefeito de Guaporema, CEP 87870-000); Ideval Ferrarini (Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha, CEP 87820-000); Jose Antonio de Castro (Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, CEP 87400-000); Jose Braz Brilhante (Prefeito Municipal de Mariluz, CEP 87470-000); Wilson Luiz Lucena (Prefeito Municipal de Tapira, CEP 87830-000); Jessé Batista Correa (Prefeito Municipal de Maria Helena, CEP 87480-000); Manoel Ribeiro de Oliveira (Prefeito Municipal de Douradina, CEP 87485-000); Elmida Panazzolo (Prefeita Municipal de Ivaté, CEP 87519-000); Antonio Romero Filho (Prefeito Municipal de Umuarama, CEP 87501-130); Elias Pereira da Silva (Prefeito Municipal de Alto Piquiri, CEP 87580-000); Antonio Barros de Souza (Prefeito Municipal de Brasilândia do Sul, CEP 87593-000); João de Paula (Prefeito Municipal de Icaraíma, CEP 87530-000); Pedro Lopes (Prefeito Municipal de Xambê, CEP 87535-000); Moysés Mendes Sanches (Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, CEP 87567-000); Dayse Meire Jardim (Prefeita Municipal de Vila Alta, CEP 87522-000); Gentil Scalco (Prefeito Municipal de Pérola, CEP 87540-000); Salvador Caetano Silva (Prefeito Municipal de Iporã, CEP 87560-000); Aparecido Falleiro de Souza (Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, CEP 87555-000); José Delapria (Prefeito Municipal de Francisco Alves, CEP 87510-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A região cujo solo predomina o arenito do Caiuá, altamente erosivo, necessita sem dúvida alguma de um atendimento privilegiado por parte do Governo do Estado. A

criação de um órgão específico para proceder o controle deste fenômeno natural tem contribuído para amenizar esse grave problema enfrentado pelos Municípios. Este tem sido o importante papel desempenhado pela SUCEAM, que agora, vinculada à SEMA, torna-se mais forte e com uma atuação mais abrangente no saneamento ambiental.

Neste início de Governo Jaime Lerner muito já tem sido feito nesta área e a preocupação destes dois ambientalistas de renome internacional que ora ocupam a SEMA e a SUCEAM está refletido na liberação neste dia 23.06.95 próximo passado, de mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em convênio com 25 municípios da região do arenito do Caiuá.

Nada mais justo por parte dos representantes do povo do Paraná que hoje tem assento nesta Casa de Leis, que rendam justas homenagens aos doutores Hitoshi Nakamura e Hirotoshi Taminato pelo excelente trabalho, desejando que prossigam nesta empreitada com o mesmo dinamismo e perseverança.

REQUERIMENTO N° 1802

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal José Edmundo e Romilda de Freitas, que completou 37 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Coral, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1803

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Rosi Cardoso e João Branco, que completou 40 anos de feliz união con-

jugal, comemorando desta forma as Bodas de Rubi, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1804

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Nelson e Maria Santa Gendik, que completou 37 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Coral, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Raul e Malvina Ganz, que completou 25 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso

respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1806

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Pedro e Otília Kloss, que completou 50 anos, de feliz união conjugal no dia 23 de junho do corrente, comemorando desta forma as Bodas de Ouro, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, Pedro e Otília Kloss, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1807

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito alauso ao jornalista Arnaldo Alves da Cruz, que preside a ADOC - Associação de Defesa e Orientação do Cidadão e cujo mandato está expirando em 1° de julho próximo. Trata-se de homem competente e dos mais sérios profissionais, cuja vida se confunde com a defesa do consumidor de nosso Estado. É público e notório o desempenho que este valoroso companheiro sempre revelou em prol dos interesses do cidadão.

A ADOC comemora vinte anos de existên-

cia, cuja fundação Arnaldo Alves da Cruz liderou e ao longo destas duas décadas de vida sempre porfiou na linha de frente. O Paraná e sua gente muito devem a este paladino. Esta Casa, com esta homenagem, traduz a gratidão de toda a comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1834

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Movimento de Irmãos da Arquidiocese de Curitiba, que em 24 de junho do corrente completou 25 anos de sua fundação atuando em diversas paróquias e Capelas de Curitiba, além de outras dioceses no Estado de Santa Catarina.

Recebam os nossos sinceros cumprimentos, bem como dos demais pares desta Casa de Leis, extensivos à atual diretoria composta pelos casais: Laertes e Ildinéia Carneiro na Presidência, Mário e Rosângela de Souza na Secretaria, Bortolo e Marlene Benato na Tesouraria, Luiz e Nena Chromiec na Assessoria da Presidência de Eventos, e Luiz Carlos e Roseli Marques na Assessoria da Presidência de Comunicação, bem como todos os demais casais e irmãos que integram o movimento.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1862

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à douta Mesa Executiva, inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor, congratulações, com os autores do livro "História Biográfica da República no Paraná": Dr. Túlio Vargas e David Carneiro; com o Governo do Estado e BANESTADO, pela publicação do mesmo, e com a Academia Paranaense de Letras e Centro de Letras do Paraná, pelo lançamento do livro em data de amanhã, 27 de junho.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao historiador Túlio Vargas, à família do ilustre David Carneiro, ao Governador do Estado do Paraná, na pessoa do Governador Jaime Lerner, ao Dr. Antonio Fayet, Presidente do BANESTADO, à Academia Paranaense de Letras e ao Centro de Letras do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à douta Mesa da Assembléia Legislativa, inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor, congratulações, com a Prefeitura Municipal de Curitiba que, através de trabalho da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, lançou o PARANÁ EXPORT - BRAZIL 1995 - Diretório de Exportação do Paraná, juntamente com recepção e organização de missões comerciais, informações sobre comércio, Disque MERCOSUL, Bolsa de Negócios Internacionais e os Seminários de Comércio Exterior, iniciativas essas viabilizadas pela Prefeitura em parceria com o Serviço de Apoio à Pequena Empresa do Paraná, SEBRAE-PR, Associação Comercial do Paraná, Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR, Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CIC, Federação e Entidades de Classe, que pretendem estimular e orientar as atividades ligadas ao Comércio Exterior.

Paraná Export/95 é dirigido a organismos internacionais e por certo, em muito virá contribuir para ações efetivas nessa tão importante área econômica.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Rafael Greca de Macedo, Prefeito de Curitiba, José Carlos Gomes de Carvalho, vice-Prefeito de Curitiba, Antoninho Caron, Secretário Municipal e a todas as entidades acima citadas, cooperadoras e parceiras do projeto abrangido pela edição Paraná Export/95.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis pela passagem do seu 35° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Nadir Pereira, ao Vice-Prefeito Senhor Levino Mascarello, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Mariópolis, no dia 25 de julho estará comemorando seus 35 anos de emancipação

política. Nessa festiva data toda a população é digna do nosso reconhecimento e admiração pelo trabalho conjunto que vem desenvolvendo em favor do progresso do município.

O Prefeito, Nadir Pereira, vem procurando, da melhor maneira possível conduzir os destinos do Município investindo na área de educação, saúde, esporte e lazer.

A união do povo e administração municipal tem trazido progresso para o município, pois, cada um fazendo a sua parte, todos serão beneficiados.

Ao comemorar seus 35 anos Mariópolis continua sendo a mesma cidade aberta e hospitaleira, caminhando a passos largos em direção ao desenvolvimento e ao progresso rumo ao objetivo maior que é proporcionar cada vez mais, melhores condições de vida à população.

A história de Mariópolis é uma história de trabalho cujo evento marca, além do seu registro, um município renovado pela fibra do seu povo ao longo desses anos.

Ao contentamento da população de Mariópolis, associa-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, como representante da região, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso graças ao Prefeito Nadir e sua equipe de trabalho.

REQUERIMENTO N° 1853

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cumprimentos deste Poder Legislativo, aos Senhores Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente, e Hirotoshi Taminato, Superintendente da Superintendência de Controle de Erosão e Saneamento, pela assinatura de convênios, no último dia 21 de junho, na cidade de Toledo com quinze municípios do Oeste do Paraná, no valor acima de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), cujo investimento beneficiará largamente com importantes obras na área de saneamento ambiental aquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1856

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja enviado fax ao Senhor Frank Vieira da Silva e à Equipe de "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", em Maringá, parabenizando o renomeado jornal maringaense pelo transcurso do 21° aniversário de "O DIÁRIO", como é conhecido em Maringá e em todo o Estado do

Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

No dia 29/06/95, "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", mais conhecido como "O DIÁRIO", completa 21 anos de trabalho profícuo em informar a população maringaense e de toda o Norte do Paraná, discutindo, inclusive, assuntos diversos e de interesse da comunidade, emitindo opiniões abalizadas e formando opinião de seus leitores.

Está de parabéns o seu diretor, Dr. Frank Vieira da Silva, bem como toda sua equipe, quer de redação, quer de distribuição, quer de trabalho gráfico e fotográfico, como os agenciadores de propaganda de "O DIÁRIO".

REQUERIMENTO N° 1737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Deni Schwartz - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes objetivando a liberação de recursos para a ampliação e remodelação do entroncamento da BR-376 e PR 317, na saída para Paranavai, defronte da Empresa Transparaná, conhecido como Trevo da Norpa.

Absorvendo significativo fluxo de veículos, registrando uma média diária de cinco acidentes, o entroncamento de ligação das rodovias BR-376 e PT-317 encontra-se em péssimas condições e totalmente ultrapassado, causando sérios problemas quanto à segurança daqueles que por ali trafegam.

É mais do que justo portanto, o atendimento da presente reivindicação que tem a finalidade de levar este benefício ao Município de Maringá, que há muito aguarda a execução dessas obras.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 1815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando as seguintes providências para os funcionários da 8° Subdivisão Policial de Paranavai/Pr: 1° - Imediato pagamento do TIDE; 2° - Reenquadramento do quadro geral para a Polícia Civil; 3° - Imediata correção da disfunção de funcionários que executam as mesmas atividades.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Mediante as condições de miserabilidade e desestímulo em que se encontram os funcionários da Secretaria de Segurança Pública, pertencentes ao Quadro Geral do Estado, é que rogamos as devidas providências no sentido de que se atendam as reivindicações, com o imediato pagamento do TIDE, com o reenquadramento do Quadro Geral para o da Polícia Civil e a imediata correção da disfunção de funcionários que executam as mesmas atividades.

REQUERIMENTO N° 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no Plano de Asfaltamento de Estradas Rurais do Governo Estadual, a Rodovia que dá acesso à localidade de Cubatão, no município de Guaratuba, litoral do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) LUIZ ACCORSI.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Cubatão é uma região produtiva do município de Guaratuba e do litoral do Paraná, destacando-se pela grande produção de arroz e banana, produção destinada a diversas cidades do Brasil e até mesmo para exportação ao Paraguai e Argentina. A reivindicação de asfaltamento definitivo é sumamente importante para dar melhor acesso ao transporte da produção gerada naquela região do Estado, e consequentemente ao aumento de produtividade.

Os produtores já não suportam mais o precário estado da atual estrada, principalmente em épocas chuvosas, o que ocasiona prejuízos de elevada monta e impede novos investimentos no setor agrícola, prejudicando a arrecadação de tributos.

A estrada que dá acesso à localidade de Cubatão é a única, e é por ela ainda, que trafegam ônibus escolares diariamente, levando os estudantes para municípios vizinhos.

REQUERIMENTO N° 1817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao órgão competente do Estado, solicitação de credenciamento junto à Superintendência do I.P.E., de pessoa física idônea, residente em Guaratuba, para que a mesma possa prestar serviços de pré-atendimento, encaminhando os filiados para consultas e exames médicos na Santa Casa local.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) LUIZ ACCORSI.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo fato de que a classe de funcionários públicos estaduais em Guaratuba é relativamente volumosa, e não tem recebido o atendimento e a assistência médica esperada, por parte da Santa Casa local. Assim sendo, solicitamos o credenciamento de pessoas idôneas em Guaratuba para prestar serviços de pré-encaminhamento aos filiados do Instituto de previdência do estado à Santa Casa local.

REQUERIMENTO N° 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso Supletivo de 5.^a e 8.^a séries no Colégio Estadual Gratulino de Freitas, em Guaratuba, Pr.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) LUIZ ACCORSI.

JUSTIFICATIVA:

A falta de um Curso Supletivo de 5.^a a 8.^a série em Guaratuba vem causando inúmeros transtornos aos estudantes, que são obrigados a se deslocar ao município de Paranaguá, ou mesmo ao Estado vizinho de Santa Catarina para usufruir de tal benefício de ensino. Este fato acaba, inclusive, comprometendo recursos e orçamentos familiares, pois os mesmos são pequenos para a maioria das famílias que residem no litoral. Seria oportuno propiciar a implantação do Curso Supletivo de 5.^a a 8.^a série, junto ao Colégio Estadual Gratulino de Freitas, visto que tal medida proporcionaria aumento de conhecimento e cultura, permitindo que a população de Guaratuba aspire um futuro mais promissor.

REQUERIMENTO N° 1819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando os estudos necessários com vistas à criação e instalação de mais uma Vara de Família na Comarca de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) SAMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O que nos motiva a formular o presente requerimento é o grande número de processos que tramitam no fórum de Foz do Iguaçu, especialmente ações relacionadas à área de família.

A criação e instalação de mais uma Va-

ra de Família na Comarca viria agilizar a movimentação dos pedidos, proporcionando decisões mais cêleres, beneficiando também as demais áreas, uma vez que a criação de mais um cartório absorverá significativa quantidade de processos.

REQUERIMENTO N° 1857

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Senhor Dr. Daniel Costa, Chefe da Divisão de Serviços de Transporte Comercial (DSTC) do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER, bem como à Empresa de Transporte Coletivo "Cidade Canção", de Maringá (Av. Monteiro Lobato, 437 - Maringá), solicitando a viabilidade de a Linha de Ônibus "Maringá-Sarandi" - Jardim Esperança (Linha 254), chegar até o final do Parque São Pedro, em Sarandi.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

O parque São Pedro, de Sarandi, encontra-se na continuação do Jardim Esperança, e não possui ônibus regular para transporte da população para Maringá.

Ocorre que muitos moradores do Parque São Pedro prestam serviços em Maringá, e têm dificuldades diárias para alcançar o ônibus que passa pelo Jardim Esperança, principalmente em dias de chuva e no período noturno.

Dáí, a solicitação de seus moradores, no sentido de que o ônibus-circular que atende o Jardim Esperança, da Linha "Maringá-Sarandi", possa atender também os moradores do Parque São Pedro.

REQUERIMENTO N° 1790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Cultura, objetivando a instalação de iluminação e ar condicionado no Teatro Municipal de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda seja comunicada a Senhora Thaís Danielle Romero, Diretora Superintendente da Fundação Cultural de Umuarama (Av. Rio Branco, 3633 CEP 87501-020); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - conj. Centro Comercial, CEP: 87501-190 em Umuarama).

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O Teatro Municipal representa a cultura do povo umuaramense, e a nossa preocupação é proporcional àquele conceituado e

tradicional teatro, as condições ideais de uma boa iluminação e obviamente temperatura adequada aos expectadores, funcionários e artistas, durante os eventos culturais, espetáculos e obras diversas apresentadas naquele edifício.

REQUERIMENTO N° 1791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a continuidade das obras de construção do laboratório, cantina e sala para educação física, no Colégio Estadual Padre Manuel da Nóbrega - Ensino de 1° grau regular e supletivo e 2° grau supletivo, no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda seja comunicada a Senhora Maria Elena Janeiro Negreilo, Diretora do Estabelecimento de Ensino (Rua Tomé de Souza, 2750 - Cep 87503-000 Umuarama); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Visando proporcionar espaço adequado aos alunos daquele estabelecimento de ensino, nos aliamos à reivindicação formulada pela Senhora Maria Elena, responsável pela direção do colégio, a qual pleiteia a continuidade das obras mencionadas, tendo em vista que as mesmas se encontram em fase de acabamento.

REQUERIMENTO N° 1792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que seja incluído no Projeto de Duplicação da PR-323, a construção de uma ciclovia, no trecho entre o Posto Gauchão e o trevo que dá acesso à Rodovia Umuarama-Mariluz.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Vereador Marcelo Derenusson Nelli (Av. Maringá, 4863- CEP 87502.080); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto, (Av. Munhoz de Mello, 3800 - conj. 101- Edif. Centro Comercial, CEP: 87501-190 Umuarama).

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma pista destinada exclusivamente a ciclistas, permitirá que

seus condutores, na maioria operários, possam se deslocar do trabalho para suas residências e vice-versa, com maior rapidez, comodidade e principalmente segurança, o que atualmente não tem sido possível pelo excessivo e perigoso trânsito na rodovia, que resulta em freqüentes acidentes, muitas vezes com vítimas fatais.

REQUERIMENTO N° 1793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Martins de Oliveira - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar urgentes providências para melhor equipar a Delegacia de Polícia do município de Paçandu, que atualmente conta com viaturas em péssimo estado de conservação.

Conforme expediente encaminhado pelo Vereador Aparecido Macetti, é comum a autoridade policial não atender ocorrências de sua competência por falta de veículos que permitam a rápida locomoção de funcionários-policiais.

Como se trata de reivindicação plenamente justificável, julgo importante aduzir que o atual estado de insegurança da população é extremamente preocupante e merece maior atenção dos responsáveis pelo governo do Estado.

Requer ainda, se dê ciência ao Vereador Aparecido Macetti, da presente manifestação, à Câmara Municipal de Paçandu - Rua Sete de Setembro, 587 - Paçandu - CEP 87140.000.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 1794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a liberação de recursos a serem aplicados na pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município de Paçandu ao Município de Ourizona, numa extensão de 16 km.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, se dê ciência ao Vereador Aparecido Macetti - Câmara Municipal de Paçandu, Rua Sete de Setembro, n° 487 e a Senhora Therezinha M. Seghesi. Rodovia Engenheiro Oswaldo P. Lacerda, Km 12.5 - Caixa Postal 18 - Paçandu-PR - CEP: 87140.000.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Paçandu possui atualmente cerca de

25.000 (vinte e cinco mil) habitantes e está entre os municípios que apresentaram maior índice de crescimento populacional no Estado, cientificado pelo último censo. A maioria da sua população é caracterizada por mão-de-obra desqualificada.

A cidade oferece poucas oportunidades de emprego, ocorrendo com isso, um deslocamento de trabalhadores em busca de emprego na cidade de Maringá, quando não são absorvidos pela sua agricultura, comércio, pequenas indústrias, ou ainda, pela Destilaria de Aguardente Paissandu, a única indústria de porte situada no município, que oferece o maior número de empregos aos trabalhadores volantes.

O acesso da referida empresa até a PR 323, está em péssimas condições. Em dias chuvosos é quase impossível trafegar pelo mesmo, causando transtornos e desconforto aos usuários da rodovia, bem como prejuízo ao escoamento e comercialização de sua produção.

Como é de conhecimento da Secretaria dos Transportes, a obra foi iniciada na gestão do Governador Álvaro Dias, e paralisada após a construção da ponte sobre o Rio Bandeirantes do Sul, único obstáculo na ligação com o Município de Ourizona.

Dessa forma conclui-se que boa parte dos custos financeiros desta obra já foi dispendido.

Diante do exposto, fazendo uso do presente, solicitamos a Secretaria de Estado dos Transportes, um reestudo referente a aludida obra, determinando o reinício da mesma, e em conseqüente, a liberação de recursos financeiros necessários à conclusão desta indispensável rodovia.

Ressaltamos ainda, que a mesma atenderá não somente a Destilaria de Aguardente Paissandu, mas toda uma gama de pequenos e médios agricultores, numa região altamente produtiva.

REQUERIMENTO N° 1795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de desenvolvimento de estudos para melhoria das condições (duplicação ou 3.ª via) da estrada que liga o município de Maringá ao município de Paçandu.

Sem dúvida alguma é uma das mais importantes ligações existentes na Região, tendo em vista que, através da mesma, é escoada grande parcela da produção das atividades agrícolas.

Inúmeros acidentes têm ocorrido devido ao congestionamento provocado pelo grande fluxo de veículos, o que já é motivo sufi-

ciente para a execução das melhorias solicitadas pelos vereadores Aparecido Macetti e Tereza Tortola, de Paigandu, objetivando facilitar o intercâmbio comercial e cultural, entre os municípios da região noroeste atendidos pela rodovia.

Que do teor do presente se dê ciência aos Vereadores Aparecido Macetti e Tereza Tortola - Câmara Municipal de Paigandu - Rua Sete de Setembro, 487 - Paigandu/PR - CEP: 87140.000.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 1796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Roberval Borges Correia, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Paraná, solicitando seja reativado o serviço de correio que funcionava na Sub-Prefeitura do Distrito de Iguatemi, em Maringá.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A reativação desta agência trará grande benefício à população do Distrito de Iguatemi que, para serviços especiais como encomendas, despachos etc., tem necessidade de deslocar-se para a agência do centro de Maringá, numa distância de aproximadamente 20 km.

REQUERIMENTO N° 1799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Sadi Fazolo, Prefeito Municipal de Clevelândia, congratulando pela passagem de 103 anos de emancipação política do município, dia 28 de junho de 1995.

Outrossim, requer que, da decisão a Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Clevelândia comemora nesta data, sua emancipação política.

Foram 103 anos de árduo trabalho, onde a população demonstrou o espírito de luta e companheirismo, o que contribui de forma decisiva para que Clevelândia angariasse a nossa admiração e simpatia em virtude de sua garra e determinação.

As dificuldades encontradas pelo seu

povo eram grandes, maior ainda era a vontade de crescer.

Nem mesmo os caminhos espinhosos foram obstáculos capazes de impossibilitar as conquistas daquela gente que integra esse município que honra nosso Estado.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena.

Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste parlamentar visa prestar uma justa homenagem àquela população que orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de efetuar reformas na Escola Estadual Professor Alberto Krause, no bairro do Tanguá.

A Escola está em péssimo estado de conservação e até a cerca está caindo.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1809

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de verificar o telefone 283.1118, que há um mês está tendo problemas de linha cruzada. O proprietário diz que não consegue falar com a TELEPAR.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1810

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar a qualidade da água na Rua Paraíba, proximidades do n° 3253, na Vila Guaíra.

Segundo os moradores, a água está vindo muito suja, sem condições de uso.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder à execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", no Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da prefeitura Municipal de Quinta do Sol, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos da escola", trecho de aproximadamente 10 (dez) quilômetros de estrada vicinal, com início na localidade de Quinta do Sol ao Distrito de Irapuã, passando pelo acesso da Rodovia de Campo Mourão e Maringá.

Essa estrada no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos as Escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 1821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a execução de pavimentação asfáltica, no Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica de um trecho de aproximadamente 2.000 metros da Rodovia IR 001 que dá acesso ao entreposto da COAMO.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito muito grande e tendo dificuldades de tráfego, já que o referido Município tem uma economia quase que exclusivamente na agricultura e na época de safras ocasiona transtornos aos produtores.

Para a execução da referida obra foi feito acordo com a COAMO que participará com 500,00 m. de esteira, sendo que a

Prefeitura com um trator de esteiras, uma pá carregadeira, uma motoniveladora, dois caminhões, um rolo compactador, um rolo pé de carneiro e um trator de pneus através do sistema de parceria que está sendo adotado com sucesso.

REQUERIMENTO N° 1835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, no sentido de determinar estudos para adiantar, no mês de julho, 50% (cinquenta por cento) do 13° salário a todo o funcionalismo estadual.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva dar curinho do mesmo tratamento dado ao funcionalismo federal, que receberá em julho 50% (cinquenta por cento) do 13° salário, além de várias Prefeituras do Estado do Paraná que igualmente estão fazendo o referido adiantamento, algumas já em junho, como é o caso da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.

Tomando como referência o universo geral dos funcionários que este ano tiveram apenas 10% (dez por cento) de aumento, entendemos como válida esta sugestão como prova de que esta Casa, está como sempre esteve preocupada com a situação de penúria que está passando o funcionalismo do nosso Estado.

Em última análise, aprovada esta sugestão temos absoluta certeza que a sensibilidade do Exmo. Sr. Governador fará acolhê-la, pois é lógico que o servidor Estadual paranaense tem e assume a mesma responsabilidade profissional dos seus colegas federais e municipais, tornando-se por isso, merecedores de idêntico tratamento e com a mesma abordagem humanística.

REQUERIMENTO N° 1840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Câmara Municipal de

Goioerê, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", trecho de 30 a 32 quilômetros de estrada vicinal, que liga Goioerê - Flor do Oeste - Água do Limoeiro.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos as escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 1849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando M. B. Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando que elabore estudos no sentido de fazer do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná (Hospital São Roque), Hospital Geral e que o mesmo tenha ambulatórios abertos para a sociedade.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Fazemos esta sugestão pelas seguintes razões, entre outras:

1 - O Hospital é de grande porte, ocupa grande área e hoje boa parte de suas instalações estão vazias ou usadas para outra finalidade;

2 - A população próxima ao Hospital é carente economicamente, e de atendimento médico;

3 - O Paraná necessita de mais hospitais públicos;

4 - Por ser construção já pronta, o seu reaproveitamento e adequação sairão mais baratos que a construção de novos hospitais.

REQUERIMENTO N° 1852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Deni Lineu Schwartz - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando empenho no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica do trecho: Sede do Município de Santa Cecília do Pavão até o bairro Duzentos Alqueires.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do bairro Duzentos Alqueires, fica distante da sede do município 12 Km em estrada que em época de chuvas, fica quase intransitável.

Com a pavimentação asfáltica, certamente aqueles moradores terão maior facilidade para deslocar-se à sede do município.

REQUERIMENTO N° 1858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido ao Tribunal de Contas do Estado para que execute uma auditoria administrativo-contábil-financeira no Hospital da Polícia Militar do Paraná - HPM.

Tal pedido se deve a suspeitas de irregularidades, cujos documentos estão anexados.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de uma escola no bairro SANEPAR, Município de Inácio Martins.

Trata-se de bairro populoso, distante do centro da cidade, é enorme o número de crianças que não frequentam as aulas devido as dificuldades causadas pela distância. São crianças e jovens oriundos de família de baixa renda, sem perspectiva de um futuro melhor.

A escola seria a única chance de reverter esta realidade.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a lista dos 300 (trezentos) maiores credores do Paraná.

Especificar a empresa, a razão do crédito e o montante.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Dr. Ronald Leite Schulman, Procurador Geral do Estado do Paraná, solicitando:

1 - Quantas ações judiciais foram mo-

vidas por militares contra o Estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a risco de vida e diferenças salariais?

2 - Destas, quantas e quais já foram esgotados os prazos e quais os resultados?

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a lista dos 300 (trezentos) maiores devedores de impostos do Paraná.

Especificar a empresa e o montante devido.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes solicitando as seguintes informações:

1 - existe previsão orçamentária para o asfaltamento das rodovias Castro-Socavão e Castro-Abapã, no Município de Castro, neste Estado?

2 - caso a resposta seja positiva, qual a previsão para início dos trabalhos?

3 - caso a resposta seja negativa, há estudos e previsão para o asfaltamento daquelas rodovias? qual a previsão para a execução dos mesmos?

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) PERICLES DE MELLO.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade daquelas regiões há anos pleiteia o asfalto naquelas rodovias, melhoria essencial para facilitar o escoamento da produção agrícola e mineral da região.

Necessitamos das informações acima para repassá-las aos moradores daquelas comunidades.

REQUERIMENTO N° 1850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando qual o total de misturadoras de fertilizantes existentes em 1993, e atualmente (1995).

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Ribas Carli, Secretário de Estado da Casa Civil, pela razão que expõe:

1. Sendo esta a terceira vez que o Governador do Estado viaja ao exterior, solicitamos:

1.1. Qual foi a duração de cada viagem, quais as localidades visitadas e a razão das mesmas?

1.2. Qual foi o total dos gastos dispendidos em cada viagem?

1.2.1. Explicitar item por item das despesas por viagem.

1.3. Quantos e quais foram os acompanhantes em cada viagem?

1.4. Cópia dos acordos, convênios ou quaisquer outros documentos assinados pelo Governador, em nome do Paraná, como resultado destas viagens.

1.5. Quais foram, ou serão os resultados concretos para o Paraná, que o Poder Executivo (Governador) espera destas viagens?

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa, de matéria publicada pelo Jornal Gazeta do Povo, em 25 de junho de 1995, sobre o Título "Carta da Família", da coluna nostalgia, de autoria do jornalista e fotógrafo Cid Distefani.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A matéria feita pelo jornal Gazeta do Povo retrata um fato real que vem acontecendo em Curitiba, a imprudência da Administração Pública, a falta de consideração com o patrimônio histórico da Capital do Estado e muito mais, retrata a indignação de cidadãos inconformados, cansados de serem enganados com a construção de jardins, enquanto o trânsito perece em engarrafamentos diários, enquanto o número de menores carentes aumenta nas ruas da "Capital Ecológica", enquanto problemas de saneamento básico afetam gravemente a população mais pobre.

Diante disso não poderíamos cruzar os braços para um assunto que parece insignificante aos olhos da Prefeitura Municipal de Curitiba. Mas que é de grande importância para a população e para todos aqueles

que têm profunda admiração pelo grande Monsenhor Celso, que foi retirado da frente da Igreja do Rosário onde se encontrava há mais de meio século e onde estão os seus restos mortais, para ser substituído por um cavalo onírico.

REQUERIMENTO N° 1848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transcrição do artigo "o crime do gás e outros crimes", de autoria de Antonio Carlos Spis, publicado na Folha de São Paulo, do dia 25 de junho do corrente.

Requer ainda que seja dado conhecimento ao SINDPETRO e à Federação Única dos Petroleiros.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 028/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Jacutinga do Sudoeste, com sede na localidade de Jacutinga, desmembrando-se do Município de Francisco Beltrão, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

COM O MUNICÍPIO DE
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Inicia na foz do rio Ligação no rio Coteigipe, sobe por este até a foz do rio Serrinho, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pela divisa do Lote 3; da Gleba 32 FB com o Lote 7, da Gleba 40 FB até encontrar a estrada que liga São Pio X a Enéas Marques.

COM O MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Inicia no encontro da divisa do Lote 3, da Gleba 32 FB com o Lote 7, Gleba 40 FB na estrada que liga Enéas Marques a São Pio X, segue por esta na direção geral Sudoeste até o entroncamento com a estrada que liga Enéas Marques a Ampére, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar a cabeceira do arroio São Braz, que é divisa do Lote 19 com os Lotes 3, 2 e 1, todos da Gleba 40 FB, desce por este até a foz de um córrego sem denominação que é divisa entre o Lote 19 e 21 da Gleba 27 FB, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pela divisa dos Lotes 19 e 20 com os Lotes 21 e 26 até encontrar o córrego Martins que é divisa entre os Lotes 27 e 26, desce por este até sua foz no arroio Palmeira, sobe por este até encontrar

a divisa dos Lotes 52, 53, 68-A, 68-B, 71 e 95 com os Lotes 51, 50, 69, 70, 72 e 94, todos da Gleba 27 FB, segue por esta divisa até encontrar a divisa entre as Glebas 26 FB e 27 FB, segue por esta divisa até encontrar a divisa da Gleba 27 FB e 101 FB, segue por esta divisa até a divisa entre os Lotes 71 e 70 da Gleba 101 FB, segue por esta divisa até encontrar a cabeceira do rio Herval, desce por este até encontrar a divisa entre os Lotes 29 e 27 da Gleba 26 FB, segue por esta divisa até encontrar a estrada que liga a comunidade de Jacutinga à PR-483, segue por esta até a PR-483, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar a divisa do Lote 40-A da Gleba 16 FB com a Gleba 92 FB, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar a Estrada Gaúcha/Altaneira, segue por esta até encontrar o rio Bonito.

COM O MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL

Inicia no encontro da Estrada Gaúcha/Altaneira com o rio Bonito, sobe por este até sua cabeceira na Serra Capanema.

COM O MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO

Inicia na Serra Capanema na cabeceira do arroio Bonito deste ponto segue pelo divisor de águas entre os rios Encanilhado e Marrecas até encontrar a divisa entre as Glebas 6 BA, 18 BA e 2 BA com as Glebas 14 FB e 30 FB, segue por esta divisa na direção geral Noroeste acompanhando o divisor de águas até encontrar a PR 182, segue por esta na direção Noroeste divisando as Glebas 2 BA e 1BA com as Glebas 30 FB e 42 FB até encontrar as Glebas 1BA e 23 AM.

COM O MUNICÍPIO DE AMPÉRE

Inicia na PR-182 no encontro da divisa entre as Glebas 1 BA e 23 AM com a Gleba 42 FB, segue na direção geral Noroeste pela PR 182 divisando as Glebas 42 FB e 41 FB da Gleba 23 AM até defrontar a cabeceira do rio Ligação, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até encontrar a cabeceira do rio Ligação, desce por este até sua foz no rio Coteigipe.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) CAÍTO QUINTANA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 029/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° - O art. 1° da Resolução n° 001/92 passa a vigorar com a seguinte re-

dação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Centro Novo, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o dos Municípios de Planalto e Pérola do Oeste, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

COM O MUNICÍPIO DE PLANALTO

Inicia no rio Santo Antonio, na foz do rio Liso, sobe por este até a foz do Córrego Caixãozinho, sobe por este até a foz do Córrego Serraria, sobe por este até a sua cabeceira na divisa entre os lotes 11 e 5 da Gleba 132-CP, deste ponto segue pela divisa entre os Lotes 11, 10 e 9 com os Lotes 5, 6 e 7 da Gleba 132-CP, até encontrar a Água São José ou Córrego 52, sobe por este até a divisa entre o Lote 8 da Gleba 132-CP com o Lote 40 da Gleba nº 1-C, deste ponto segue por esta divisa na direção geral Sudeste até encontrar a divisa dos Lotes 40 e 41 com Lote 39 da Gleba nº 1-CA, segue por esta divisa na direção geral Sudoeste até encontrar o Lajeado Liso, sobe por este até a foz do Córrego 50, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sul até encontrar um afluente do Lajeado Três Passos, desce por este até a sua foz no Lajeado Três Passos, sobe por este até encontrar a antiga estrada que liga Planalto - Pérola do Oeste, segue por esta na direção geral Sul até encontrar o Lajeado Liso, sobe por este até a foz do Arroio Fernandes;

COM O MUNICÍPIO DE PÉROLA DO OESTE

Inicia no Lajeado Liso, na foz do Arroio Fernandes, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste até a cabeceira do Córrego Vitória, desce por este até a sua foz no Lajeado Grande, sobe por este até a foz do Rio da Várzea, sobe por este até a foz de um afluente à margem esquerda, sobe por este até encontrar a estrada que liga Conciolândia-Santa Helena, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar o rio Santo Antonio;

COM A REPÚBLICA ARGENTINA

Inicia no encontro da estrada que liga Conciolândia-Santa Helena com o rio Santo Antonio, desce por este até a foz do Lajeado Liso".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva sanar

incorrekções nas divisas e confrontações, constantes do memorial descritivo integrante do art. 1º, da Resolução nº 001/92, em conformidade com a nova descrição da área a ser emancipada, fornecida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, cuja cópia segue em anexo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado a realização de plebiscito no Distrito de Areia Branca dos Assis, desmembrado do Município de Mandirituba/PR, com as seguintes divisas:

"Começa na cabeceira de um arroio existente na margem direita da BR-2, Curitiba - Rio Negro, nas imediações do Km 41, segue por este abaixo até sua foz no Rio Cai, seguindo por este abaixo até a sua foz no Rio da Várzea, seguindo por este acima até a sua cabeceira, mais alta, desta em linha reta até o ponto de partida, isto é, até o Km 41 da BR-2".

Perímetro urbano:

"Inicia-se no marco do Km 147, da BR-116, na confluência desta BR-116 com a nascente do afluente M.D. do Rio de Areia Branca, mais próximo do Posto Iguaçu 3; deste ponto, seguindo o afluente em direção à juzante prosseguindo pelo próprio Rio da Areia Branca, sempre na direção juzante até encontrar a BR-116; deste ponto, na altura do Km 147, lado direito da BR-116, quem vai no sentido Mandirituba-Quitandinha, seguindo pela margem esquerda do córrego que dali parte até o encontro do mesmo com o Rio Areia Branca, seguindo pela margem esquerda do mesmo até o seu encontro com o Rio do Barco e seguindo pela margem esquerda deste último até encontrar a BR-116, no seu lado direito, no Km 148,7; e pela área que se inicia ao lado esquerdo da BR-116, sentido Quitandinha-Mandirituba, na altura do Km 148, nos limites Sul da área do DNER, seguindo pela sua divisa Leste, passando pelos limites Leste das terras do espólio de Francisco Assis Pereira Magalhães e de seu ponto extremo até encontrar a estrada velha de Agudos do Sul, seguindo por esta no sentido de Agudos do Sul, até a estrada chamada "estrada mais antiga de Agudos do Sul", descendo por esta na direção da Escola João Afonso Camargo, e nos limites Norte desta, pela Rua sem saída até encontrar a BR-116; seguindo a própria BR-116, na direção de Curitiba, por aproximadamente 800m (oitocentos) até alcançar a estrada antiga que liga à PR-419 passando pelos fundos da Igreja S. Benedito; deste ponto, incluindo-se os lotes que dão testada para a referida estrada com profundidade máxima

de 50m até alcançar a própria PR-419; continuando pela mesma PR-419, até alcançar o Km 48 da referida rodovia; deste ponto na direção perpendicular ao eixo da PR-419, até alcançar o primeiro córrego, sem denominação; deste ponto em linha reta, no rumo aproximado de 33°NE baseando-se no levantamento aerofotogramétrico da COMEC, até a confluência de 2 córregos sem denominação; deste ponto, em direção juzante até alcançar a BR-116; deste ponto, seguindo a BR-116 em direção até o ponto inicial.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A elevação do Distrito de Areia Branca dos Assis a Município neste momento, deve-se ao real desenvolvimento deste Distrito, que ultimamente vem melhorando consideravelmente as condições de vida de seus habitantes.

Areia Branca dos Assis, fica a uma distância da sede do Município de Mandirituba de 12 Km, dificultando o atendimento à população.

Por estes e outros motivos inerentes à necessidade de autonomia e ainda, está com a documentação em ordem é que esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, no sentido da aprovação à medida proposta.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 031/95

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Ficam regulamentados os serviços de atendimento social, médico e odontológico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), bem como o quadro de servidores destes setores.

Art. 2° - Para o funcionamento do serviço de saúde a ALEP deve manter uma equipe de profissionais de saúde, composta por 04 (quatro) médicos, 02 (duas) enfermeiras e 04 (quatro) técnicos de enfermagem, todos treinados em primeiros socorros, à disposição dos funcionários e dos Deputados.

§ 1° - O serviço de saúde permanecerá aberto por um período de 12 (doze) horas diárias, com a presença obrigatória de uma equipe.

§ 2° - Entende-se por equipe completa de profissionais a integrada por médicos, enfermeiras e técnicos de enfermagem.

Art. 3° - Os profissionais que atualmente atuam (médicos, enfermeiros, odontólogos, assistentes sociais, técnicos e au-

xiliares) nos serviços social e de saúde contratados através de concurso público ou que gozem de direito constitucional de estabilidade no emprego serão transferidos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo Único - Os profissionais que não se enquadrarem no disposto no "caput" do artigo serão dispensados.

Art. 4° - Para o atendimento social da população a ALEP constituirá um serviço específico e quando necessitar de atendimento à saúde será feito encaminhamento ao SUS.

§ 1° - Este serviço específico atenderá a população por um período de 12 (doze) horas diárias e será constituída por 04 (quatro) assistentes sociais e 02 (duas) auxiliares,

Art. 5° - O serviço médico deve estar estruturado para o atendimento de todo tipo de emergência e terá como apoio uma ambulância.

Parágrafo Único - As demais ambulâncias de propriedade da ALEP serão entregues ao SUS, que terá autonomia para distribuí-las, após ouvir o Conselho Estadual de Saúde, para as regiões ou municípios de maior necessidade.

Art. 6° - O Serviço de Atendimento Social será estruturado de maneira a realizar triagem e encaminhamentos aos órgãos competentes do Estado para a devida solução dos problemas da área de assistência social.

§ 1° - O serviço referido no "caput" deste artigo, contará com dois veículos de transporte de passageiros.

§ 2° - O serviço de atendimento social contará com rubrica própria no orçamento da ALEP.

Art. 7° - Fica revogada a resolução 55/83 e demais disposições contrárias.

Art. 8° - A ALEP, através das lideranças partidárias, terá 30 (trinta) dias, contados a partir da aprovação desta resolução, para definir o regimento interno dos serviços sociais e médico.

§ 1° - O prazo de que trata o "caput" deste artigo é peremptório.

§ 2° - Não sendo definido o Regimento Interno dos serviços sociais e médico dentro de 30 (trinta) dias da aprovação da resolução, esta entrará em vigor na forma aqui estabelecida.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Em 1994, assistimos a morte de um Deputado dentro de seu gabinete na ALEP. Por mais que os médicos que o atenderam fizes-

sem e lutassem desesperadamente para manter a vida do Deputado, nada conseguiram. Aliás, conseguiram mostrar que o serviço médico tinha insuficiência: não foram encontrados com a rapidez exigida, os medicamentos, as agulhas e outros materiais necessários.

Não cabe a ALEP fazer atendimento ambulatório na área de saúde, mas cabe a ela legislar e lutar politicamente para que toda a população do Paraná tenha um atendimento adequado à sua saúde.

Hoje os Deputados Estaduais paranaenses têm sob suas responsabilidades uma verba individual para fazerem assistência social. Tal dinheiro é do povo que paga seus impostos e é usado pelos Deputados de uma maneira fisiológica. O Deputado "privilegia" alguém com algum tipo de atendimento. E, este alguém, muitas vezes, desinformado e alienado politicamente de seus direitos, vendo neste ato solidariedade ou compaixão, passa o resto da vida e às vezes de algum familiar seu, a votar sempre no referido Deputado. Isto afronta toda a sociedade que financia o poder público, afrontando também o direito de cidadania. É o verdadeiro dar esmola com o dinheiro alheio.

Também alguns Deputados têm sob sua responsabilidade uma ambulância, que poderíamos aqui chamá-la de "taxi social", uma vez que serve somente para o transporte de passageiros deitados - muitas vezes sem necessidade - porque não têm dinheiro para pagarem um taxi ou um outro transporte. Novamente aqui se repete a situação anterior: com o dinheiro público "compra-se votos".

Frente a esta situação, visando a legalização e a moralização dos trabalhos é que propomos a constituição de um serviço social e médico na ALEP.

1. O serviço médico emergencial, bem organizado, com todo material necessário responderá com capacidade e rapidez as necessidades de primeiros socorros dentro da Assembléia;

2. A colocação dos demais profissionais para atenderem o SUS, reforçará e melhorará o atendimento da população de maneira honesta, sem onerar mais o contribuinte, e sem o atendimento "privilegiado" por ser conhecido ou amigo de um Deputado;

3. O uso do SUS como o local de atendimento da saúde tira da ALEP o encargo de estar exorbitando de suas funções, diminuirá as despesas deste Poder e reforçará politicamente a construção de um Sistema que garanta a saúde da população como direito e não como favor;

4. Há entendimento que a prestação de assistência social individual por parte de Deputados é ilegal, mas se assim não for é no mínimo imoral, uma vez que é o uso de

verba pública para o favorecimento - mesmo que de maneira indireta - pessoal;

5. A criação de um serviço de atendimento social, para todos, na Assembléia, atende os preceitos constitucionais dos direitos individuais e contribui para a consciência da cidadania;

6. É conhecido por todos o déficit de carros de transporte pessoal ou de ambulância pelo SUS, e a transferência destas para o Sistema Único de Saúde só tem a contribuir para o coletivo da população paranaense, deixando de ser fonte de votos para alguém.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 252/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os projetos de construção de Usinas Hidrelétricas, ainda não aprovados pelo órgão competente, deverão conter, obrigatoriamente, a previsão da edificação de eclusas que garantam a navegabilidade dos rios Paranapanema, Ivaí, Iguaçu, Piquiri e Tibagi, bem como de escadas, ou similares, que propiciem o retorno de peixes às nascentes, no período da piracema.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, em seu atual estágio de desenvolvimento, exige do setor de transporte uma resposta de acordo com suas necessidades.

A impossibilidade de manter a malha em perfeito estado de conservação, faz com que os preços dos fretes rodoviários se elevem constantemente, tornando quase que impraticável o transporte de cargas por nossas estradas.

Outra consequência desta má conservação, é o elevado número de acidentes envolvendo automóveis de passeio e caminhões, que aumentam a cada ano que passa.

As modalidades rodoviárias respondem por 83% do óleo diesel consumido no Estado, fato que reflete a extrema distorção do nosso sistema de transporte. Há que se fazer uma análise estratégica, distribuindo melhor entre outras modalidades, cargas que não deveriam ser transportadas de caminhão, tais como calcário, cimento, carvão, derivados de petróleo e produtos químicos, que são típicas de ferrovia ou hidrovia.

As características morfológicas de nosso Estado e de nossos rios propiciam,

com um certo investimento, através da edificação de eclusas, a formação de uma grande e importante malha hidroviária, sendo que a figura das usinas hidrelétricas passa a ser fundamental. Planejamento energético, a divisão de quedas, as barragens, devem considerar também a utilização potencial do rio como meio de transporte, principalmente de cargas.

Outra questão trazida pela nossa proposição, é a preocupação como o meio ambiente.

Todos sabemos que num determinado período do ano, os peixes nadam até as nascentes dos rios para desovar e garantir a perpetuação das espécies. Este verdadeiro espetáculo é chamado piracema.

Construindo Usinas Hidrelétricas, e não fornecendo meios para que os peixes alcancem as nascentes dos rios, estaremos contribuindo para extinção das espécies em nossas águas.

Assim, pedimos o apoio dos nobres Deputados para que apoiem e aprovelem este nosso projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 253/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba - APOSTE -, com sede no Município de Telêmaco Borba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba - APOSTE-, tem personalidade jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos.

Desde sua fundação, em 15 de junho de 1990, vem desenvolvendo com presteza e seriedade as quais podemos destacar a prestação de assistência beneficente, cultural e recreativa a aposentados de qualquer categoria profissional; a prestação de assistência jurídica e administrativa perante os órgãos da seguridade social; reuniões recreativas, esportivas, congressos, viagens aos seus associados, orientação aos cônjuges dos sócios falecidos relativamente aos seus direitos; assistência financeira aos associados menos favorecidos, dentre outras mais.

Assim, pelo elevado valor social desta nossa proposição, pedimos o apoio dos nobres Deputados para sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 254/95

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas com o tratamento de saúde dos servidores estáveis e aposentados da Administração Direta, Autárquica, Fundacional, do Legislativo e do Judiciário do Estado do Paraná acometido de doenças que possam conduzir rapidamente ao óbito, causar dano grave e irreversível ou invalidez permanente, na forma desta lei.

§ 1° - Para o efeito previsto no "caput" deste artigo são consideradas as seguintes doenças:

- I - Tumores malignos;
 - II - Mal de Hansen;
 - III - Tuberculose;
 - IV - Moléstia da vista, possível de originar cegueira;
 - V - Demência;
 - VI - Cardiopatias graves e doenças dos grandes vasos da base;
 - VII - Insuficiência renal crônica em fase terminal;
 - VIII - Síndrome da imunodeficiência adquirida - SIDA-AIDS;
 - IX - Acidentes vasculares cerebrais;
- § 2° - Serão consideradas para efeito de tratamento as seqüelas, as doenças agravantes e as decorrentes das doenças básicas previstas neste artigo.

Art. 2° - Não serão custeadas pelo Executivo as despesas com os tratamentos previstos no artigo anterior ao servidor quando o mesmo:

- I - Estiver licenciado sem vencimentos para tratar de interesses particulares;
- II - For portador da enfermidade preexistente à data da admissão.

Art. 3° - O tratamento das moléstias previstas nesta lei, abrange os seguintes benefícios:

- I - Honorários de médicos e de dentistas;
- II - Exames complementares;
- III - Gastos hospitalares;
- IV - Terapias, cientificamente reconhecidas na literatura ou prática médica internacional;
- V - Orteses e próteses;
- VI - Medicamentos específicos;

Parágrafo Único - Os benefícios somente serão concedidos mediante laudo comprobatório, emitido por órgão médico pericial oficial do Estado, que caracterize de forma clara e inequívoca o enquadramento na presente lei.

Art. 4° - O valor do custeio dos benefícios previstos no artigo anterior terão por limite a previsão em tabelas de entidades de classe reconhecida nacionalmente com competência para este fim.

§ 1º - Na hipótese de situações não previstas nas tabelas indicadas no "caput" deste artigo, o órgão médico pericial estabelecerá o limite do valor do custeio, levando em consideração os preços praticados pelo mercado, tendo como parâmetro consultas oficiais a 03 (três) entidades que forneçam os serviços.

§ 2º - O pagamento das faturas dos beneficiários citados deverá ser aprovado antecipadamente por órgão médico pericial do Estado.

Art. 5º - O servidor beneficiário desta lei fica obrigado a:

I - Submeter-se aos exames necessários indicados pelo órgão médico pericial;

II - Seguir rigorosamente as indicações dos profissionais de saúde credenciados pelo órgão médico pericial.

Parágrafo Único - Ao servidor que deixar de atender o preceituado neste artigo, será aplicada a pena disciplinar de advertência e no caso de reincidência a repreensão pelo dirigente do órgão médico pericial, podendo este, após a aplicação das penas, interromper a concessão dos benefícios até que cessem os motivos que originaram a respectiva interrupção.

Art. 6º - Os benefícios desta lei são aplicados para tratamento no Estado do Paraná e sua região metropolitana.

Parágrafo Único - Inexistindo tratamento adequado na região prevista no "caput" deste artigo, poderá o órgão médico pericial autorizar o encaminhamento do paciente para outras localidades, mediante formalização de competente justificativa, instruída com os custos previstos e de conformidade com o disposto no artigo 4º desta lei.

Art. 7º - Serão regulamentados por Decreto do Executivo:

I - Os critérios técnicos e científicos que deverão ser adotados para definição a gravidade das doenças, que citadas nesta lei, poderão não ser consideradas para a concessão do benefício;

II - A operacionalização desta lei nas relações com os beneficiários, prestadores de serviços e órgãos do Estado;

III - A indicação de tabelas de serviços de saúde, medicamentos e insumos, reconhecidas nacionalmente, que serão adotadas para a concessão dos benefícios.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das cotações previstas no orçamento em vigor.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, tem por finalidade beneficiar uma grande parcela de servidores do Estado do Paraná que vem sofrendo doenças graves que podem conduzir rapidamente ao óbito, causar dano grave e irreversível ou invalidez permanente, e pelos elevados custos dos respectivos tratamentos não encontram possibilidade de ter uma vida, ainda que por pouco tempo, digna, trazendo imensos sacrifícios inclusive as suas famílias e amigos.

Ao autorizar o Poder Executivo a custear as despesas com tratamento de saúde dos servidores tanto da Administração Direta como da Indireta e Fundacional, bem como dos poderes Legislativo e Judiciário, buscamos não onerar os orçamentos, já escassos destes Órgãos e Poderes.

No âmbito do Município de Curitiba já existe lei semelhante desde 1952, que ora encontra-se para ser alterada através de projeto que tramita na Câmara Municipal por iniciativa do Prefeito Rafael Greca de Macedo, no qual estamos nos espelhando para apresentar a presente proposta.

Se aprovada, a presente proposição tem condições de tornar-se um benefício grandioso para os servidores como um salário indireto, como um dos elementos positivos para manter os quadros estáveis com baixo índice de rotatividade. É reconhecido que determinadas enfermidades exigem um auxílio extra para o tratamento cujos custos não são possíveis de serem suportados somente com os recursos dos vencimentos do servidor.

Desta forma acreditamos que o projeto será de grande alcance social, pelo que encarecemos a nossos nobres Pares sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 255/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os Servidores Inativos, bem como os pensionistas, com mais de 70 (setenta) anos de idade, ficam isentos do pagamento de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários, os serventuários, bem como os pensionistas, filiados ao I.P.E. - Instituto de Previdência do Estado, durante a sua carreira foram assíduos contribuintes junto à Previdência, nada

mais justo do que se dar a esses dedicados servidores inativos, com mais de 70 anos de idade, mais um benefício.

Essa assertiva pode ser comprovada mediante o desenvolvimento que faremos a seguir:

FUNDAMENTAÇÃO QUANTO AO MÉRITO

Quanto ao mérito, a proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva isentar da contribuição previdenciária ao IPE, os servidores inativos, com mais de 70 anos de idade, filiados a essa instituição estadual.

Primeiramente quanto à abrangência da medida, observamos que ela regula a classe estatutária e servidores assimilados, como os serventúrios da justiça, que por força da lei são assegurados da Instituição Previdenciária Estadual.

Tomando como referência o universo geral dos trabalhadores segurados pela Previdência Social, verificamos que se travou durante longos anos a luta pela anulação da contribuição obrigatória dos aposentados do Sistema INPS. Essa medida arbitrária e configuradora de um verdadeiro retrocesso social foi implantada durante o período do regime autoritário, em 1979, a pretexto de cobrir o déficit da Previdência.

Com a mudança política verificada no Brasil, a partir de 1985, o Governo Presidente Sarney assumiu com os segurados da Previdência, já inativos, o compromisso solene de corrigir os vícios e fraudes da Previdência de modo a restaurar o equilíbrio do sistema e não sacrificar os aposentados. No dia 1º de maio de 1986, o Presidente encaminhou mensagem ao Congresso Nacional, cancelando a contribuição dos inativos, como um dos primeiros passos para o resgate da dívida social brasileira.

Com efeito, a técnica atuarial contemporânea ensina que um sistema previdenciário pode operar em equilíbrio, desde que perfeitamente ajustadas às responsabilidades contributivas dos seus componentes. No caso brasileiro, a Previdência Social é integrado pelo empregador, pelo trabalhador e pelo Estado, os quais devem arcar com as contribuições necessárias ao funcionamento do Sistema.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as formações sociais - desde a antiguidade mais remota - se dividem em três segmentos: a Infância/Juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a População Economicamente Ativa que sustenta a produção econômica da comunidade e os idosos, que já deram sua contribuição ativa, em período anterior e assim adquiriram o direito de ser sustentados pelo grupo em referência.

Ademais dessa parcela mais idosa da população ter adquirido o direito a uma sobrevivência condigna, mercê da poupança formada nas unidades familiares e na comunidade como um todo. Tal parcela de velhos e anciãos ainda exerce um papel grupal da mais alta relevância: ela opera como "memória social" do grupo em causa.

Nesta dimensão, os membros idosos de uma família - e por extensão - de uma sociedade - funcionam como a principal fonte da referência e socialização grupais, estrando aos jovens, em processo de formação, e, também aos membros adultos que a integram, como grupo que desenvolveu suas técnicas de convivência e produção, de solução de conflitos e de enfrentamento das calamidades. Mesmo em nossa sociedade ocidentalizada teoricamente apoiada sobre a educação escolar, o conhecimento acumulado nos livros e outros documentos formais - o saber grupal se funda principalmente sobre a memória coletiva detida pelos membros mais maduros. Nesta linha estão os vários ensinamentos, e quantos estudiosos têm avaliado o fenômeno complexo de interação das sociedades humanas.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito ao repouso condigno para aqueles que já contribuíram com o todo social manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o "direito" a gozar da vida, após existência dedicada ao trabalho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna, seja em viagens, em lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais, com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, denteição, locomoção, etc.

Resgatar a dívida social no Paraná com seus idosos é uma pequena mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade. Curitiba e o Paraná devem mostrar que estão em linha com essa filosofia humana que animou o governo Federal - expressa no ato de beneficiar os segurados inativos da Previdência (IPE).

E, parece não faltam exemplos da solidariedade humana dos paranaenses, em favor de seus patrícios mais idosos: foi em nossa Capital que se realizou, no final de 1985, o I Congresso Nacional dos Aposentados.

Fundamentação quanto à competência

Portanto, atendendo a que os servidores aposentados pelo IPE contribuíram por longos anos, nada mais justo do que o Estado - na sua função dupla de empregador e agente do Poder Público - compareça com

sua parcela de contribuição para financiar o equilíbrio do Sistema Previdenciário operado pelo IPE, razão porque, estamos apresentando este Projeto que isenta a contribuição dos inativos, com mais de 70 anos de idade, porque ele é fundamentalmente justo e humano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Encontra-se em visita a esta Casa, o Deputado Aloysio Vieira, Deputado Estadual de São Paulo que, designado pela Mesa paulista, está estudando a revitalização das Assembléias do Brasil.

Com a palavra, o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um Ofício que será encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pertinente a uma preocupação não só da nossa região, mas, acredito, de todos os Deputados aqui presentes. É uma solicitação de dilação de prazo a todos os professores - estes que estão na direção dos colégios que tenham a prorrogação até o final do ano vigente perante até uma liberação do próprio Tribunal de Contas.

Diz o Ofício:

"Ao

Exmo. Senhor Presidente

Nestor Baptista

Curitiba-PR

Tenho a grata satisfação de vir a presença de Vossa Excelência, com o intuito de comunicar que toda a Comunidade Escolar (professores, funcionários, pais e alunos), da rede estadual de educação que por intermédio deste solicitam a Vossa Excelência, aditação de prazo junto a este Tribunal de Contas do Estado do Paraná para que haja a prorrogação do prazo estabelecido pelo acórdão de nº 4.290/94, reformulado pela Resolução 1485/95 desse egrégio Tribunal, até o dia 31 de novembro do ano em curso.

A presente solicitação se dá em virtude dos seguintes motivos:

I - A data de 30.06.95, estabelecida pelo Tribunal de Contas para retorno à sala de aula para os professores que estão ocupando as funções de Direção e Técnicos Pedagógicos é sobremaneira prejudicial ao desenvolvimento das atividades escolares, haja vista o transtorno que ocorrerá na grande maioria das escolas do Estado em virtude de um novo processo de distribuição de aula em meados do ano letivo;

II - Além dos prejuízos administrativos para as escolas, núcleos de educação e a própria SEED, oriundos dos abruptos retornos de profissionais, que na iminência de perderem direitos fundamentais, como o

da aposentadoria especial, reassumem suas salas de aulas, há um caos pedagógico. Primeiro pela inexperiência dos profissionais que ocuparão, temporariamente essas funções, o segundo, porque essa altura do ano letivo os maiores prejudicados com as trocas de professores serão os educandos, face a necessidade de readaptação à metodologia de trabalho desenvolvida pelos novos professores, além de causar a interrupção do projeto político pedagógico desenvolvido em cada estabelecimento, o qual requer antes de tudo, um envolvimento de todos os funcionários.

III - Em outubro próximo, ocorrerão novas eleições para direção de escolas. Dessa forma, todas as comunidades escolares, acreditam para que o transcurso traquilo das atividades educacionais nesses estabelecimentos e para que não hajam prejuízos à vida funcional dos professores, é imprescindível a permanência dos profissionais em suas atividades atuais, até que seja realizada a referida eleição.

Atenciosamente,

(a) CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO"

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho encaminhar este Ofício ao Tribunal de Contas visualizando não uma preocupação só do Deputado Kielse, mas, tenho certeza, de todos os Deputados desta Casa. São dois mil e seiscentos estabelecimentos escolares. Estabelecimentos estes que serão prejudicados direta e indiretamente pela nova legislação, haja vista que os diretores, supervisores, técnicos terão que retornar às salas de aula.

Queria ter o apoio do plenário e pedir também à Comissão de Educação que encaminhasse o pedido, via Assembléia Legislativa, não só ao Tribunal de Contas, mas, também, à Secretaria de Educação do nosso Estado.

Essa dificuldade está vista não só na questão dos dois mil e seiscentos diretores, mas de mais de 5 mil professores que serão afetados, nesta mudança, agora na sexta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Daqui a pouco chegaremos ao momento da Ordem do Dia e daí é possível discutir todos os projetos sem ter a necessidade de fazer esta discussão agora.

O jornalista Jânio de Freitas traz na Folha de São Paulo de hoje uma crítica ao Congresso Nacional ao analisar o Plano Real. O Plano Real editado através de medida provisória que entrou em vigor no dia

1º de julho do ano passado vai fazer aniversário e está já na 12ª Medida Provisória.

Isto mostra um descrédito no Parlamento brasileiro. Paralelo a isto temos que lembrar que no ano passado Lula disse que no Congresso brasileiro tinha cerca de 300 picaretas e após as eleições, não se sabe o número, mas provavelmente alguns devem existir. E preocupados com estas questões, e preocupado com tudo o que ocorre em nosso País, os poetas compõem, os artistas cantam e os Paralamas do Sucesso fizeram uma música chamada Luis Inácio.

Esta música ia ser executada num show em Brasília, no final de semana, e o Congresso Nacional preocupado com a imagem pediu para que o juiz a censurasse e a proibisse de ser cantada. Se cada vez que cada um de nós, Deputados, ou qualquer autoridade se sentir agredido por qualquer expressão cultural, estaremos realmente colocando-nos contra as demonstrações culturais. Se eu não concordar ideologicamente com que o artista plástico ou um poeta ou um romancista escrever e procurar censurá-lo isto é o fim de qualquer liberdade de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Rossoni.

O SR. ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho, infelizmente, a Tribuna hoje para fazer um esclarecimento aos Srs. Deputados e à população do Paraná.

Praticamente há um mês atrás, fiz, aqui nesta casa, um pronunciamento em um aparte sobre a situação em que se encontra o Município de Pinhão. Fiz aqui uma denúncia muito grave, e pedi para o Secretário de Segurança para que tomasse as medidas possíveis para que fosse restabelecida a ordem e a verdade no Município de Pinhão. Porque parece que o Município de Pinhão não faz parte do contexto dos municípios paranaenses.

No Município de Pinhão, lá não prospera a Lei, lá prospera sim a vontade de um cidadão que quer mandar na Justiça, mandar no Executivo, mandar no Legislativo, mandar no delegado de polícia. E a população do Município de Pinhão calada! Calada há muitos anos, vem sofrendo tudo que é tipo de achaque de um cidadão, que se reveste de um poder que não existe, que não tem! Ele se reveste e vende influência por ser filho de um desembargador!

Outro dia, quando fiz esta denúncia do Município de Pinhão, sabia que sofreria consequências terríveis. E não é para menos, sou obrigado a vir a esta Tribuna, Srs. Deputados, para trazer, e os Srs. devem ter lido o jornal, A Hora da Verdade,

não queria nem me pronunciar sobre esta questão, mas não me contive, tenho que vir a público fazer novamente a denúncia do que ocorre no Município de Pinhão. Nem que este jornal aqui, que é de propriedade do filho do desembargador Leandro de Freitas, a fotografia do filho dele está aqui, aonde seus irmãos estão aqui nesta Assembleia, distribuindo este jornal, que tece muitas críticas e este Deputado.

Prezados Deputados, o que ocorre no Município de Pinhão, e acho que devo colocar aqui um desafio a este Legislativo e principalmente aos Deputados que atuam politicamente no Município de Pinhão, não é possível que a Secretaria de Segurança, que o Poder Judiciário deixem que isso continue acontecendo! E eu, por ter me pronunciado, naquela data, aqui nesta Casa, estou merecendo páginas e páginas desse jornal que vem sendo distribuído em toda a minha região, a região Sul do Estado do Paraná, de casa em casa. A vontade do filho do desembargador Leandro de Freitas! Não é possível que um cidadão, por ser filho de um desembargador possa se revestir de vender influências da maneira com que ele vende! E além do mais, enfrentar um Deputado como ele está fazendo, aqui dentro desta Casa, distribuindo este jornal, pelas mãos dos seus irmãos!

Quero aqui, companheiros, quem tem conhecimento da realidade do Município de Pinhão, é algo de espantoso. Lá não existe a lei, lá existe a vontade de um determinado cidadão que se denomina Leandro de Freitas. Chega na cidade o delegado de polícia. Se o delegado de polícia no mesmo dia, não chegar em sua residência e dizer que vai fazer o que ele bem entender, no outro dia está sendo pedida a sua exoneração. O Juiz, o promotor também, porque este cidadão vende a toda a população do Pinhão o temor, porque ele se reveste de um poder que não tem, dizendo que manda na justiça, que manda no prefeito, nos vereadores e que manda em todos os cidadãos de Pinhão.

Não acredito que está acontecendo, por eu ter tido aqui a coragem de fazer esta denúncia gravíssima contra esse cidadão que eu venha a sofrer ou estou sofrendo, de um cidadão que se intitula estar acima da lei, estar acima da verdade. Eu quero propor aqui a esta Casa, e vou propor através de requerimento, para que constituamos uma Comissão de Deputados para ir ao Município do Pinhão ouvir a população.

Que a minha verdade não seja ouvida e que a verdade desse filho de desembargador não seja ouvida, mas seja ouvida a população que vem sendo espezinhada por um cidadão que se intitula o dono da lei, o dono da verdade e o dono de tudo numa cidade. O Município de Pinhão parece que está viven-

do no Século X ainda... Não é possível continuar esse estado de coisas, mas deixo aqui um pedido. O jornal é tão chulo, é tão inverdadeiro que não me preocupa o jornal. O que me preocupa é que esse cidadão, se eu me calar neste momento que venho sendo...

Senhor Presidente, uso o horário da Liderança do PDT.

O Sr. Emerson Nerone - Solicito aparte a Vossa Excelência.
(Assentimento)

Deputado Rossoni, quero me juntar a Vossa Excelência nesse momento de indignação em que esse Senhor, filho de desembargador, mostra a sua real cara e os artifícios que usa para manter a lei no Pinhão.

Acho esse jornal chulo e o Sr. usou a palavra correta. Chula é a forma exata, é a forma mais clara de expor a forma com que esse Dr. Leandro mantém o poder em Pinhão. Esse jornal que foi distribuído merece e gostaria de pedir que Vossa Excelência tomasse as atitudes judiciais, merece uma ação judicial contra ele e acho que isso aqui espalhado na Assembléia Legislativa, mesma claramente de que forma a lei é tratada no Pinhão.

Quando na nossa colocação há um mês e pouco atrás, em que Vossa Excelência aparteu, denunciando esse poder paralelo que existe no Pinhão e hoje vemos que a guarda particular do Pinhão foi cassada por mandado judicial, comunicamos a Assembléia isso. Foi cassada a guarda particular do Zattar no Pinhão. Naquele momento, Vossa Excelência teve a coragem de expor que o que barrava a execução da lei no Município do Pinhão era exatamente a força desse filho de Desembargador - Dr. Leandro. Está provado agora, mais do que nunca, que ele manda mesmo no Pinhão.

Por isso me junto a essa denúncia sua. Uma vez que logo após termos feito aquela declaração o Tribunal resolveu julgar aquela liminar que há tempo assegurava à guarda do Zattar fazer as barbáries que ela fazia lá no Pinhão.

Quero parabenizar Vossa Excelência pela forma com que se portou até aqui. E acho que a Assembléia Legislativa, como um todo, tem de tomar uma atitude clara contra esse homem que manda naquele município. Já falei que Pinhão só se desenvolveria a partir do momento que esse tipo de coronel saísse da política, saísse da linha de frente do Município de Pinhão. Obrigada.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o aparte e o apoio. E ele está tentando, através desse jornal me amedrontar, para que eu cale.

Com aparte do Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Rossoni queria parabenizá-lo pela coragem de ir à tribuna denunciar uma ação injusta que está sendo praticada contra a sua ação política, legítima, no Município de Pinhão.

O Deputado Nerone, de forma muito apropriada, relatou da tribuna desta Casa as barbaridades que são perpetradas por este cidadão. Cidadão não, indivíduo, porque ele se considera acima da Lei. Por isso que o Sr. Deputado, Valdir Rossoni, tem uma responsabilidade muito grande. Porque nós, na nossa vida política, muitas vezes nos encontramos com determinadas figuras na política, que o correto quando a gente vai andando e vê este cidadão vindo em sentido contrário, é melhor, às vezes, trocar de calçada e não cruzar com essas figuras da política. Mas tem determinados momentos que não há outra forma, na vida, se não agir e enfrentar esses que se julgam acima do bem e do mal.

Creio o seguinte: este cidadão, na verdade, denigre a imagem do Poder Judiciário. Ele está atrás do manto protetor do seu pai, Desembargador, e cometendo as maiores barbaridades. Saibam os Senhores, que quando era ainda Prefeito o Darci Proline, do Pinhão, tentamos lá fazer um conjunto da Casa da Família que depois o Prefeito, Antenor, agora, até está concluindo a obra. Pois este cidadão ele considerando que tinha que ajustar uma desapropriação da área que a prefeitura fazia, ele não dava, Deputado Anibal Khury, a escritura para que pudéssemos conveniar com o Município de Pinhão. Conveníamos sem escritura mesmo, porque era a única forma de levar o Programa Casa da Família. E esse cidadão é um arrogante, prepotente, e esta Casa, aqui, se tiver o mínimo de dignidade tem que estar solidária, sim, ao Deputado Rossoni. Porque a parada que ele está enfrentando é dura, é pesada, mas é uma parada justa.

O SR. VALDIR ROSSONI - Com aparte, o Deputado Vanhoni.

O Sr. Angelo Vanhoni - Deputado Rossoni, quero que o Senhor receba a solidariedade do Partido dos Trabalhadores.

Na realidade li atentamente a matéria veiculada no jornal "Hora da Verdade". Que de "Hora da Verdade" diria que não é este o nome do jornal. O jornal é "Hora da Calúnia"! E a calúnia, Deputado, o Deputado Romanelli foi muito claro. A calúnia só tem uma resposta: a coragem, a determinação de se contrapor. E esta coragem, esta determinação Vossa Excelência está manifestando.

Quero dizer que faço das palavras do Romanelli as nossas palavras.

Vossa Excelência tem a solidariedade do PT e tenha a certeza tem a solidariedade da Assembléia Legislativa. Se V.Exa. encaminhar um requerimento para que os desmandos na Cidade de Pinhão que tem sido impetrados por esse cidadão sejam investigados, objeto de investigação do Poder Legislativo do Estado do Paraná, terá o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Pode usar o horário da Liderança do PTB.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço.

Já tomei as medidas dentro da justiça. Interpelei Dr. Leandro de Freitas para que ele reitere essas acusações, mas tenho certeza absoluta como todo grande covarde se esconde atrás de pessoas que ele comanda, ele vai se esconder atrás desse jornalista e não vai afirmar essas acusações para que eu possa processá-lo.

Mas estou entrando com requerimento na Casa e espero obter o apoio dos Senhores Deputados para que façamos uma Comissão de Deputados para irmos ao Município de Pinhão. Lá sim. Ouvindo os Senhores Prefeitos, os Senhores Vereadores, as lideranças que lá existem, os comerciantes, a Associação Comercial, sem comprometê-las, porque se nós quisermos trazer a público as denúncias que esses cidadãos de Pinhão vão fazer a nós, eles não terão coragem de fazê-las. Temos sim que ouvir para vocês verem a barbaridade que está acontecendo no município que é dentro do nosso Estado.

Tem o aparte o Deputado Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Deputado, muito obrigado pela oportunidade.

Tenho ouvido o pronunciamento de V.Exa. e tenho por V. Exa. toda a estima, vejo o comportamento sereno, sério de um Deputado atuante que representa a sua região e o relato que V.Exa. traz aqui nesta tarde me causa até espanto, porque venho do norte do Paraná e realmente na nossa região não vejo nenhuma similaridade com esta realidade de banditismo, de foras da lei, de uma região que se pode caracterizar como uma terra sem lei, onde impera a força, impera realmente a brutalidade e me causa espanto, é até preocupante a gente constatar que no Estado do Paraná ainda exista uma realidade como esta.

Muito sérias as preocupações trazidas pelo Deputado. Deve ser objeto da preocupação desta Assembléia Legislativa. Agora especificamente quanto a este jornal que todos nós Deputados tivemos a oportunidade de ler aqui na tarde de hoje, até porque foi distribuído por alguém que não sei quem foi, V.Exa. me permite e se eu tenho até a oportunidade de sugerir ao Deputado,

esse jornal é tão chulo, tão baixo, um jornal que não merece nenhuma credibilidade e atenção de quem quer que seja, acho que não deve ser motivo de preocupação do Deputado.

O Deputado tem uma história, tem um trabalho, tem um nome marcado na história política da sua região e do Estado do Paraná, deve ignorá-lo, deve esquecê-lo realmente, porque não vai arranhar a sua imagem de forma alguma. Isto é só mais um panfleto ofensivo que deve ser esquecido, os seus editores desprezados e o Deputado continuar a sua vida pública com toda a tranqüilidade porque não vai lhe afetar de forma alguma.

O Sr. Angelo Vanhoni - Rossoni, me permita só fazer uma observação ao comentário do Deputado Eduardo Trevisan. Acho, Deputado Eduardo Trevisan, que estas coisas nós não podemos deixar passar. Pode ser um simples panfleto, de tamanho diminuto mas quando está se caluniando a honra e a dignidade de um membro do Poder Legislativo, acho que V.Exa. e os demais Deputados, se estiverem com a verdade devem combatê-la, a calúnia e a infâmia até as últimas consequências. V.Exa. não pode esmorecer.

V.Exa. tem que ir para o combate. Não se deixa a honra e a dignidade das pessoas ser enlameada por qualquer um.

O SR. VALDIR ROSSONI - Estava em uma situação para tomar uma decisão. Se me pronunciava sobre a questão do jornal ou não. Mas acredito, pela confiança que recebi da população de Pinhão, não pelas calúnias que tem aqui porque isto não vai me atingir e nunca, mas acredito que a população de Pinhão espera a minha posição, devo a eles 1.200 votos, 1.200 cidadãos de Pinhão que acreditaram na minha pessoa! E por isso não posso me amendrotar seja ele filho do presidente, filho do desembargador! Ele se reveste de todos os poderes, e isso não é verdade, já pedi providências a Justiça de Pinhão, para que não deixe ele vender as influências que ele não tem, nós temos que respeitar a Justiça de Pinhão e este cidadão não respeita o mais humilde e nem o que detém o poder e nem quem exerce a Justiça do Município de Pinhão. Ele desrespeita a tudo e a todos!

Por isso estou propondo, para que a minha palavra não seja a voz da verdade, mas estou propondo uma comissão, para que cinco Deputados vão ao Município de Pinhão. Aí sim, tenho certeza absoluta que os Senhores Deputados terão sim dificuldades de relatar esta grave denúncia que fiz outro dia, e que reiterei, firmemente, hoje nesta Tribuna! Sei também que estou divulgando um jornal que não tem alcance nos órgãos da imprensa do Paraná inteiro, mas

prefiro divulgar o que está escrito neste jornal, mas não ficar com a covardia das minhas palavras, quero ficar aqui com a voz da verdade! Vou lutar até o fim, até que a Justiça do Município denominado de Pinhão prospere!

Não é possível que um homem, porque é filho de desembargador possa enfrentar a Justiça, o Prefeito, os Vereadores e fazer deles, o pior de tudo, faz do Prefeito e dos Vereadores prisioneiros da sua vontade! Um dia ele cassa o Prefeito por corrupção, noutro ele quer trazer o prefeito de volta porque não é mais corrupto! Enfim, as autoridades de Pinhão são todas pessoas de respeito, mas são prisioneiras do mau-caráter desse cidadão aqui, está aqui a sua foto, e tenho o desprazer de mostrar aos Deputados desta Assembléia.

Encerro o meu pronunciamento e espero contar com o apoio dos Senhores Deputados na aprovação deste Projeto.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado Rossoni, gostaria de destacar que o Senhor tem nosso apoio, admiro a sua coragem e acho que a Comissão de Segurança, na pessoa do Deputado Alborghetti, poderia se encarregar de fazer uma visita a Pinhão, para tomar as providências e exigir do Secretário da Segurança, quem sabe, a nomeação de um delegado especial para acompanhar este caso em Pinhão. Este tipo de coisa não pode mais acontecer, nem no Paraná e nem no Brasil, nós estamos hoje evoluindo, e este tipo de mando político tem que acabar, este tipo de pessoas que querem mandar nas pequenas cidades.

O Senhor tem o nosso apoio e muito obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI - Devo merecer deste cidadão quem sabe mais uns 15 exemplares, mais umas 15 semanas de manchete no seu jornal, prefiro estar no seu jornal da forma como estou mas não calar, se eu calar mais uma vez a população de Pinhão tem mais um refém, que é um dos Deputados que a representa aqui nesta Casa, não quero ser prisioneiro deste cidadão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência determinou ao Serviço de Segurança a apreensão dos jornais que circulam nesta Casa.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao PT, Deputado Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de reafirmar aqui o nosso contentamento com a ação da justiça que julgou a liminar e cassou definitivamente a guarda particular

do empresários Miguel Zattar, que atuava de forma espúria e irregular, conforme a forma com que ele costumeiramente usava há mais de 40 anos e o Tribunal julgou e cassou a ação dessa guarda particular.

Queremos deixar a nossa parabenização à justiça, apenas lembrar que demoraram um pouco demais. Se a guarda tivesse sido cassada imediatamente, se a liminar tivesse sido julgada imediatamente após a entrada naquele Tribunal, nós teríamos evitado uma morte no mês passado, de uma pessoa durante uma festa em Pinhão e algumas rajadas de metralhadoras a menos teriam se dado no município. Gostaríamos de parabenizar o Deputado Rossoni. Fiquei extremamente contente naquele pronunciamento quando falava da violência em Pinhão, quando o Deputado Rossoni teve a coragem de falar abertamente sobre o poderio que tem esse homem, esse Miguel Zattar em Pinhão.

Gostaria de endereçar um pedido para que as comissões afins, a Comissão de Justiça da Casa, liderada pelo Deputado Alborghetti, a Comissão de Terras onde o Colombo atua pela nossa Bancada, e o Deputado Nereu Moura é o Presidente, que essas comissões pudessem na medida do possível, fazer sub-comissões para investigar especificamente a realidade de Pinhão. Por quê Deputado Alborghetti, por quê Deputado Nereu Moura? Porque achamos que não estamos nos posicionando só com relação a esse Senhor Leandro, à guarda do Zattar ou ao desmando desses dois homens naquela região.

Quando nos posicionarmos quanto à segurança na Cidade de Pinhão e quanto à fixação do homem na terra e essa é uma das coisas que prescreve o porquê da comissão permanente de Terras e Colonização. Quando nos manifestarmos sobre isso, nós estaremos nos manifestando quanto ao desenvolvimento daquela região toda. Aquela região só vai passar a se desenvolver na medida em que os 800 posseiros já cadastrados no INCRA, já cadastrados pelo IAP, devidamente já comprovado que são posseiros, que têm direito à terra, por estarem em cima da terra há mais de 5 anos e a maioria deles, há mais de 20 anos, a partir do momento em que esses posseiros receberem a posse definitiva da terra, então nós teremos a possibilidade de algum desenvolvimento.

Caso isso não ocorra, caso a fixação daqueles homens não se dê em Pinhão, dificilmente, dificilmente teremos condição de, independentemente de aplicação ou não do governo naquela região e outras áreas, de desenvolvimento, exatamente porque ficará uma disputa sempre entre 2 ou 3 senhores, grandes coronéis, do tipo início do século, com 800 posseiros que querem um

pedacinho de terra. Já houve um pedido, por parte do Toti Colaço, da formação de uma comissão formada por Deputados.

Houve de novo o pedido do Deputado Rossoni, e de vários outros Deputados. Pediria que a Mesa da Assembléia encaminhasse essas solicitações à frente, uma vez que a questão do Pinhão esbarra apenas na autoridade imposta por esse Dr. Leandro ou nas imoralidades praticadas até hoje pela guarda particular do Dr. Miguel Zattar, e sim, porque aquela população toda quer ver aquela parte do Paraná se desenvolvendo, saindo do século XIX e indo pelo menos, começando a viver um pouco no século XX nesses anos que faltam.

Obrigado Senhor Presidente. Parabéns, Deputado Rossoni, pela acusação seríssima, mas fundamentada dos desmandos desse Dr. Leandro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados na qualidade de Titular e Suplente, como membros integrantes da Comissão de Constituição e Justiça. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1854, subscrito pelo Senhor Doutor Tótila Glitz, constante do expediente, atestando que o Senhor Deputado Ricardo Chab, persiste com broncopneumonia, necessitando de repouso nos dias 27 e 28 do corrente mês. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Resolução em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/95 que dá nova redação aos incisos I, II, VII e X, do Art. 2º, da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela de nº 10.014, de 29 de junho de 1992 (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente). **PARECERES FAVORÁVELS** da C.C.J. **EMENDA** da C.C.J. **EMENDA DE PLENÁRIO** com **PARECER CONTRÁRIO** da C.C.J.

Vamos apreciar a emenda da C.C.J.

Aprovada.

A emenda nº 2, foi **Rejeitada**. O Projeto vai à Redação Final.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que cria o Município de Boa Ventura de São Roque, desmembrado do Município de Pitanga, formado com área do Distrito de Boa Ventura. **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque Dom Pedro II e dá outras providências. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 040/95

P A R E C E R:

Tendo o Projeto de Lei em tela se submetido a diligências para suprir a falta de documentos e, tendo retornado atendendo ao preceituado na Lei nº 6.994, de 10.01.78, recebe desta Comissão de Constituição de Justiça, o Parecer Favorável até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 20.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator.

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-

mentar n° 090/95, de autoria dos Deputados Nereu Moura, Duílio Genari e outros, que revoga o Artigo 2°, da Lei Complementar n° 56/91 (Municípios). PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 28, de 03.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 90/95

Voto em Separado

P A R E C E R :

Em exame nesta Comissão, o Projeto de Lei Complementar n° 090/95, visa a revogação do artigo 2°, da Lei Complementar n° 56/91. A iniciativa de diversos Deputados. A Constituição Federal, em seu art. 18, § 4°, dá competência ao Estado para legislar sobre a criação de novos municípios, dispondo;

"A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas".

A Constituição Estadual, em seu artigo 19, trata da criação de novos municípios, dispondo que:

"Lei Complementar Estadual, disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

§ 1° - Os seguintes requisitos serão observados na criação de Municípios:

- I - efetivação por lei estadual;
- II - consulta prévia, mediante plebiscito à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada;
- III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

Examinando-se a Lei Complementar n° 56/91, à luz da legislação citada, vamos constatar o cuidado que os legisladores tiveram ao separarem nitidamente os requisitos exigidos pela legislação constitucional, em: requisitos fundamentais e requisitos formais.

Os requisitos fundamentais estão contidos nos artigos 1° e 2°. Ou seja: a criação, incorporação, fusão ou desmembramento, dependem de lei estadual, que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição do Estado, na lei complementar regulamentadora e no plebiscito.

O Art. 2° - aponta os requisitos indispensáveis à criação do município: população, eleitorado, centro urbano.

Ora, não poderia ter sido à-toa que os legisladores colocassem tais requisitos como fundamentais. Na realidade estavam os mesmos apenas atendendo o preceito da nos-

sa Lei Maior, repetido pela Constituição do Estado, que determinam que a criação, incorporação, fusão ou desmembramento "preservem a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano".

A prevalecer a pretensão dos nobres Deputados autores do Projeto, estaremos ferindo os preceitos constitucionais em questão.

Não há como preservar continuidade e unidade histórico-cultural do meio ambiente urbano, em um lugarejo, ou distrito de 2.000 ou até de 1.000 habitantes, onde o número de eleitores seja 400 ou 200.

Não foi por acaso que a lei estipulou em 5.000 o número mínimo da população, eleitorado de 20% e centro urbano com número de casas superior a 100.

Os três parágrafos do art. 2°, complementam o "caput" do mesmo, sendo que o § 1° é taxativo ao impedir a criação de município que não atenda os requisitos exigidos na lei.

Os demais artigos tratam apenas de requisitos formais. Ou seja, que disciplinam o procedimento e a forma para criação e consulta plebiscitária, instalação e outros procedimentos meramente formais na criação do município.

Assim, uma vez arrancado o art. 2° do corpo da lei, através da revogação do artigo em seu todo - como pretende o projeto em exame - estaremos tornando a Lei Complementar n° 56/91 uma lei morta, sem vida, porque não terá condições de produzir os efeitos legais desejados pelos legisladores que a construíram.

Nos valem os do eminente De Plácido e Silva, no seu insubstituível "Vocabulário Jurídico", para definir o que seja Requisito Fundamental.

"Os requisitos fundamentais, ou pertinentes ao fundo, são os que devem vir com a própria coisa. São partes integrantes dela, que não pode mostrar-se sem eles.

Fazem a individualidade da coisa. E se apresentam como partes intrínsecas ou inerentes dela."

"Assim, os requisitos fundamentais, dizem-se também requisitos intrínsecos ou viscerais, porque sem eles as coisas não têm a vida jurídica, que se lhes queira atribuir nem podem produzir os efeitos legais desejados."

Quanto aos demais requisitos da lei, meramente formais, são, como ensina o mestre citado:

"Os requisitos formais constituem as formalidades ou as condições prescritas por lei para a forma do ato jurídico e respectiva eficácia legal."

Desta forma, sendo o artigo que se pretende revogar, o fundo, ou a base da Lei Complementar n° 56/91, não há como ex-

cluí-lo porque estar-se-ia deixando, repetidos, a lei sem vida. Pode o mesmo sofrer modificações, mas jamais ser arrancado, como se pretende, sem que se apresente uma outra base.

E ainda, revogando-se o Art. 2º da Lei Complementar nº 56/91, estaremos ferindo os dispositivos contidos nos artigos citados, das Constituições Federal e Estadual.

Não entramos no mérito do Projeto que, se aprovado, trará sérias consequências para os cofres públicos, com a criação de municípios sem estrutura administrativa e patrimônio suficiente para lhe darem sustentação. Ficamos apenas nos aspectos constitucionais e legais do projeto que, pelo exposto, carece de condições para merecer a aprovação desta Comissão de Constituição e Justiça.

E o voto em separado.

Sala das Comissões, em 30.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 090/95.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/95 de autoria do Deputado Algaci Túlio, que Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no município de Piraquara. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ.no D.A. nº 40, de 26.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 138/95

PARECER :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no Município de Piraquara.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/95, de autoria do Deputado Sâmis da

Silva, que Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, com sede e foro naquele município. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 59, de 30.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 193/95

PARECER :

De autoria do Deputado Sâmis da Silva, o Projeto de Lei nº 193/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, com sede e foro naquele município.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 20.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte - Fazendinha - Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 62, de 05.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 208/95

PARECER :

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei nº 208/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte - Fazendinha - Curitiba-PR.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP", com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** (Publ. no D.A. nº 65, de 05.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 209/95

PARECER :

De autoria dos Deputados Anibal Khury e Eduardo Trevisan tem por objetivo Declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Municípios do Norte do Paraná -

AMUNOP.

Não há nada que possa obstar o normal andamento do presente projeto sob seus aspectos Constitucional, Legal e Técnica Legislativa, portanto o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Em votação do Projeto. (Não sei se foi aprovado, não ouvi)! O Projeto e o Substitutivo Geral irão à segunda discussão.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, com ficha de inscrição no CGC sob n° 80900657/0001-44, com sede no Município de Goioerê, Estado do Paraná, e estabelece outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 65, em 07.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 211/95

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Nelson Tureck, o presente projeto visa declarar de Utilidade Pública a Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, com sede no Município de Goioerê, Estado do Paraná.

Analisada a matéria contida no Plano de Lei, observamos estar a mesma em conformidade com as exigências legais, ou seja, com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Contudo, o presente projeto de lei não se encontra coadunado com a técnica legislativa. Ou seja, sua redação está incompatível com a redação legislativa usualmente utilizada.

Assim sendo, somos pelo parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral que anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 20.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI N° 211/95

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Goioerense de Deficientes Físicos - AGODEF, com sede no Município de Goioerê, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Apoiamentos: Carlos Simões, Luiz Claudio

Romanelli, Antonio Annibelli, Rossoni, Edgard Bueno, 1 ilegível e Walmor Trentini.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1839, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1838, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1841 a 1846, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1826, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1788, 1835 e 1837, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1802 a 1810 e 1834, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1789 a 1792, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1793 a 1798, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1799, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1800 e 1801, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1814, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1815 a 1818, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1819, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1820 e 1840, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1823, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento n° 1825, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento n° 1829, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1821, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1830, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Mesa informa que manteve contato com vários Deputados e achou conveniente que se faça uma Sessão Secreta neste sentido.

Os Deputados que aprovam conservem-se como estão. **APROVADO.**

O SR. ALGACI TULIO - A Liderança do Governo, Senhor Presidente e as demais lideranças desta Casa concordam perfeitamente na realização dessa Sessão Secreta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A convocação será feita através do Secretário de Estado e após Sessão Ordinária.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em que pese a matéria já estar votada, indago a V.Exa. se essa Sessão não poderia ser aberta e não secreta. Eu, o Deputado Carlos Simões e vários outros que concordam que fosse uma Sessão aberta, acho que dentro da transparência total e o nobre Líder, Algaci Túlio orientou a própria Bancada no sentido de aprovar o requerimento, o Governador Jaime Lerner também.

Acho que não há nada a deixar no escuro.

Seria bom, Senhor Presidente que essa Sessão fosse de portas abertas com a presença da imprensa e do público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria já é vencida e a Sessão será secreta.

Requerimento n° 1848, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento n° 1849, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1853, de autoria do Senhor Deputado Elío Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1828, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1852, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1851, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse requerimento de nossa autoria, solicita informações à Casa Civil sobre a viagem do Governador Jaime Lerner. Nós, cumprindo o papel de Parlamentar, solicitamos esclarecimentos sobre quem acompanha, quais os assuntos tratados e quem presta contas a esta Casa no seu retorno.

Quero lembrar aos nobres Deputados, principalmente da legislatura anterior, que tramitou projeto de lei semelhante, propondo que de todas as viagens fosse prestado contas a este parlamento. E na Legislatura anterior, por mais de uma vez, foi votado requerimento neste teor, quando o ex-Governador Requião viajava. Inclusive do líder do PDT, na época, Paulo Maia, que apresentou requerimento neste teor.

Então, mantendo a coerência PDTista, no transcorrer das legislações, nós pedimos apoio e aprovação de tal requerimento, um vez que ele não é novidade nesta Casa.

Esperamos que os Deputados mantenham a coerência, aprovando tal requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão.

REJEITADO

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. 5 **APROVAM.**

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 25 **REJEITAM.**

Requerimento **REJEITADO.**

Requerimento n° 1858, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno. A Comissão de Finanças, para opinar.

Requerimento n° 1850, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 1822 e 1824, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente.- **Retirados pelo autor.**

Requerimento n° 1855, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Sobre este requerimento há projeto tramitando na Assembléia. Vamos adiar para melhores informações.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço à Mesa atenção para a questão de Ordem que eu vou levantar agora, para a Sessão de amanhã, porque compreendo que é impossível para V.Exa. responder agora.

O Regimento Interno, desta Casa, Artigo 135, § 2°, casado com o Art. 55, Parágrafo Único da Constituição, estabelece que os pedidos de informação têm 30 dias para ser respondidos.

Quero passar para a Mesa Executiva desta Casa o número dos ofícios ainda não respondidos e gostaria que V.Exa. tomasse providências e desse conhecimento a esta Casa na data de amanhã. Ofícios n°s: 657, 499, 507, 508, 304, 503, 656, 640 e 649/95 e mais, no Diário Oficial do dia 18-10-94, desta Casa, da Assembléia Legislativa, há o requerimento 2285 aprovado na Legislatura anterior, não respondido e o requerimento n° 1837 do Diário do dia 08.08.94 também aprovado e não respondido, ambos do Tribunal de Contas do Estado que deve enviar resposta para esta Casa. Agradeço e solicitaria a V.Exa., a resposta na data de amanhã, uma vez que está impossibilitado de nos fornecer essas informações agora.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente esta liderança tem adotado a prática de adotar todos os pedidos de informações. Têm vindo em uma quantidade enorme. Sabe o Deputado Rosinha que estamos no início do governo com alguns secre-

tários ainda acertando os seus auxiliares e suas secretarias.

Pediria que V.Exa. não levasse ao pé da letra e que nos permitisse que na entrada do mês de agosto, pudéssemos trazer a V.Exa., oficialmente todos os pedidos que não foram respondidos, até por uma questão de compreensão, porque esta liderança não tem adotado medidas de derrubar requerimentos; tem até deixado passar muitos pedidos de informação, porque não tem nada a esconder, mas o acúmulo é tão grande que os secretários vão ficar lá apenas respondendo pedido de informações.

Apenas essa compreensão que eu peço de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informará ao Senhor Deputado Dr. Rosinha sobre a sua questão da ordem.

Requerimentos n°s 1856 e 1857, de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1859, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1860, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1862 e 1863, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1864, de autoria dos Srs. Deputados Emerson Nerone, Eduardo Trevisan e Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A comissão deverá se entender também e elaborar o projeto, com o senhor 1° Secretário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - V.Exa. teria colocado para após a sessão de amanhã, a ouvida do Presidente do BANESTADO. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou ver o requerimento aqui.

O SR. ALGACI TÚLIO - Queria comunicar e até peço desculpas por não ter oficializado isso antes, mas o Presidente Fayet nos comunicou ontem que está impossibilitado de vir à Casa até quinta-feira, mas se coloca, a partir de sexta-feira, à disposição. Já teria combinado com o Deputado Caíto Quintana, se V.Exa. der parecer favorável, para que na sexta-feira, 10:00 horas da manhã, se fazer esta sessão secreta, porque ele está no Rio de Janeiro, no BNDS, fazendo programa que trará financiamento de 500 milhões ao Estado do

Paraná e está também em Brasília, numa audiência marcada com o novo Presidente do Banco Central. Então seria sexta-feira, às 10:00 se houver entendimento na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - A Mesa consulta o subscritor do requerimento, se não vê inconveniente em marcar uma sessão para sexta-feira.

Há um fax aqui endereçado ao Líder do Governo comunicando que ele estará ausente até quinta-feira.

O SR. CAITO QUINTANA - Particularmente, sugeriria aos companheiros da Casa que fizéssemos na sexta-feira às 10:00 horas da manhã, por causa do recesso, que entra na segunda-feira.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, para entender a dificuldade, quero justificar, inclusive, ao Líder do Governo, que fui um dos poucos Deputados que fez diversos requerimentos ao Banco do BANESTADO, pedindo auditoria. Estou preocupado com a questão do Banco Del Paraná, também, que envolve uma série de denúncias que tenho guardadas em meu gabinete, prefiro, primeiro, ouvir as partes. Estou prejudicado porque neste momento temos 5 CPI's, as audiências nas Comissões, a LDO, os Deputados estão trabalhando uma coisa horrorosa em termos de reuniões. E nesta sexta-feira, estaremos inclusive, justificando a ausência de vários deputados que vão a Foz do Iguaçu, onde teremos reunião sábado pela manhã.

Gostaria imensamente de estar presente. Sou parte interessada, tenho perguntas agudas a serem feitas e estou tremendamente prejudicado e impossibilitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, esta questão do Banco do Estado do Paraná é um assunto da maior relevância que tem que ser tratado por esta Casa. Dia 30 é o último dia deste semestre, a maioria dos Srs. Deputados estará em Curitiba, porque dia 30, à noite, teremos um jantar em homenagem ao nosso

Presidente - Anibal Khury. E por isso tenho certeza que sexta-feira, dez horas da manhã, vai ser uma Sessão Extraordinária que vai marcar esta Casa, discutindo uma questão da maior importância que é atinente ao Banco do Estado do Paraná e o Banco Del Paraná. Tenho certeza que os Srs. Deputados estarão aqui, na sexta-feira, às 10:00 horas da manhã.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**) - O Líder do Governo quer deixar bem claro que não está querendo complicar a situação. O Presidente do BANESTADO está inteiramente à disposição, tem o aval do senhor Governador, tem o aval das lideranças que dão apoio ao Governo. O que nós queremos é que ele venha depor sexta-feira ou segunda-feira. Não pode ser antes de sexta-feira, somente isto.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - A Presidência tem uma sugestão a fazer, sem com isto querer impor a sua vontade: as Comissões Permanentes continuam funcionando; poderia se fazer uma reunião da Comissão de Justiça e Comissão de Finanças, em conjunto, e receber aí o Presidente do BANESTADO.

Está convocada a sessão para sexta-feira às 10:00 horas. O Presidente do Banco vai acompanhar o Secretário da Fazenda, que é o que o Regimento determina, e outros assessores que poderão vir à sessão, que será secreta, às 10:00 horas da manhã de sexta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 040, 138, 145, 193, 208, 209 e 211/95.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 113, 189, 190, 191, 249, 250 e 251/95.

Levanta-se a Sessão.

TRANSCRIÇÕES:-

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 27 DE JUNHO DE 1995.

" CARTA DA FAMÍLIA "

Jornal Gazeta do Povo.

Ferveu o caldeirão. No penúltimo domingo, quando abordamos a recente retirada do busto do monsenhor Celso da frente da Igreja do Rosário onde se encontrava há mais de meio século, trocado pela escultura de um cavalo, que para nós representa o corcel da última viagem, não tínhamos pretensão maior do que registrar o fato à história da cidade, um documento para o julgamento dos pósteros. O caldeirão ferveu.

A matéria da Nostalgia ganhou as ruas, outros jornais abriram seus espaços onde opinaram os mais diversos pensamentos ligados à área cultural e política da cidade, incluindo aí o próprio gerente de Curitiba achando a polêmica "deliciosa". Delicioso e fácil é o famoso dinheiro da "viúva", arrecadado através de impostos que o povo sempre julga abusivos.

Hoje a nossa cidade atravessa uma série de problemas graves. O trânsito caótico que torna as ruas verdadeiros matadouros. Calçadas ditas alternativas onde se misturam pedestres e ciclistas, além dos "ginriquixás da miséria", os famosos carrinhos dos catadores de papel. Onde está aquela cidade do Jaime Lerner, onde a vez do pedestre era considerada primordial? Os automóveis circulam pelas ruas em velocidade mínima considerada máxima nas estradas, 80 por hora. O uso do solo é usado com be-
nesses ao bel-prazer e ao arre-

pio da lei. E "muchas cositas mas".

O que importa, no momento, é a figura histórica do nosso monsenhor Celso que foi abruptamente substituída pela escultura do cavalo. Celso Itiberê da Cunha era um dos seis filhos de João Manoel da Cunha, estabelecido em Paranaguá desde 1836 como professor, vindo do Rio Grande do Sul. Brasílio Itiberê da Cunha, famoso compositor paranaense, morreu como embaixador do Brasil, na Alemanha, em 1913. Hoje é nome de rua em Curitiba. Era irmão do monsenhor. João Itiberê da Cunha, famoso crítico de música no Rio de Janeiro, outro irmão de Celso. Henrique Itiberê da Cunha, comerciante e conhecido músico em Curitiba, Também irmão do religioso.

João Manoel da Cunha, pai do monsenhor Celso, foi diretor da Instrução Pública do Paraná, a Rua João Manoel foi assim batizada em sua homenagem. Como podemos ver a família Itiberê da Cunha nos deu filhos notáveis, que elevaram a cultura do Paraná.

Um dos seus descendentes, Manoel Henrique Itiberê da Cunha, magoado com a atitude tomada contra o monumento do seu tio-avô, o monsenhor Celso, enviou, no último dia 22, uma carta ao prefeito e nos cedeu uma cópia, a qual transcrevemos a seguir:

"Exmo. Sr. Eng. Rafael Greca de Macedo - M.D. Prefeito Municipal de Curitiba - Senhor Prefeito: Como sobrinho-neto do monsenhor Celso Itiberê da Cunha, gostaria de externar a minha estranheza pela atitude tomada por esta prefeitura, retirando o busto do monsenhor Celso do lugar onde havia sido colocado, defronte à Igreja do Rosário, sua última paróquia e onde exerceu o sacerdócio, sempre praticando o bem, motivo pelo qual deixou um grande número de fiéis devotos.

Nada há contra homenagear os colonos italianos de Santa Felicidade, dentre os quais encontram-se muitos devotos do monsenhor e que também possivelmente não aprovariam a retirada do busto. Porém, o ponto onde davam água aos cavalos, o Largo da Ordem, a mim parece mais apropriado para aquela escultura, como também naquele local não haveria deslocamento de vulto algum da história do Paraná.

Senhor prefeito, realmente causa estranheza, não somente aos membros de nossa família, assim como temos recebido diversas manifestações de apoio de pessoas devotas do monsenhor.

Caso tenha V. Excia. interesse em saber se o monsenhor Celso deixou saudades e se tem conseguido aumentar o número de seus fiéis é só ir à Igreja do Rosário, onde es-

tão os seus restos mortais, e, em frente da qual, por motivos óbvios, foi colocado o seu busto e contar quantas placas há de agradecimentos por pedidos atendidos.

Nosso país já é "um país sem memória" e Curitiba, que através de V. Excia. vem incentivando e apregoando a cultura da "memória", como modelo, inclusive pintando casas antigas nas suas cores originais e defendendo o tombamento de prédios de época, é para nós uma contradição tal atitude. Com tantos parques e "Faróis do Saber" por que não colocar a escultura do cavalo em outro lugar?

Gostaria desta forma deixar consignado o protesto em meu nome e de minha família e acredito também de grande parte da população de Curitiba. Atenciosamente (ass.) Manoel Henrique Vianna Itiberê da Cunha."

Com a publicação da cópia da carta acima achamos que a Nostalgia cumpre a sua obrigação perante os leitores e à história da nossa cidade.

Como ilustração temos a fotografia do túmulo do venerado monsenhor Celso no Cemitério Municipal, antes dos seus restos mortais serem transferidos para o interior da Igreja do Rosário. No pedestal do seu busto podemos notar a quantidade de placas de agradecimentos, por graças recebidas, colocadas por fiéis, seus devotos.

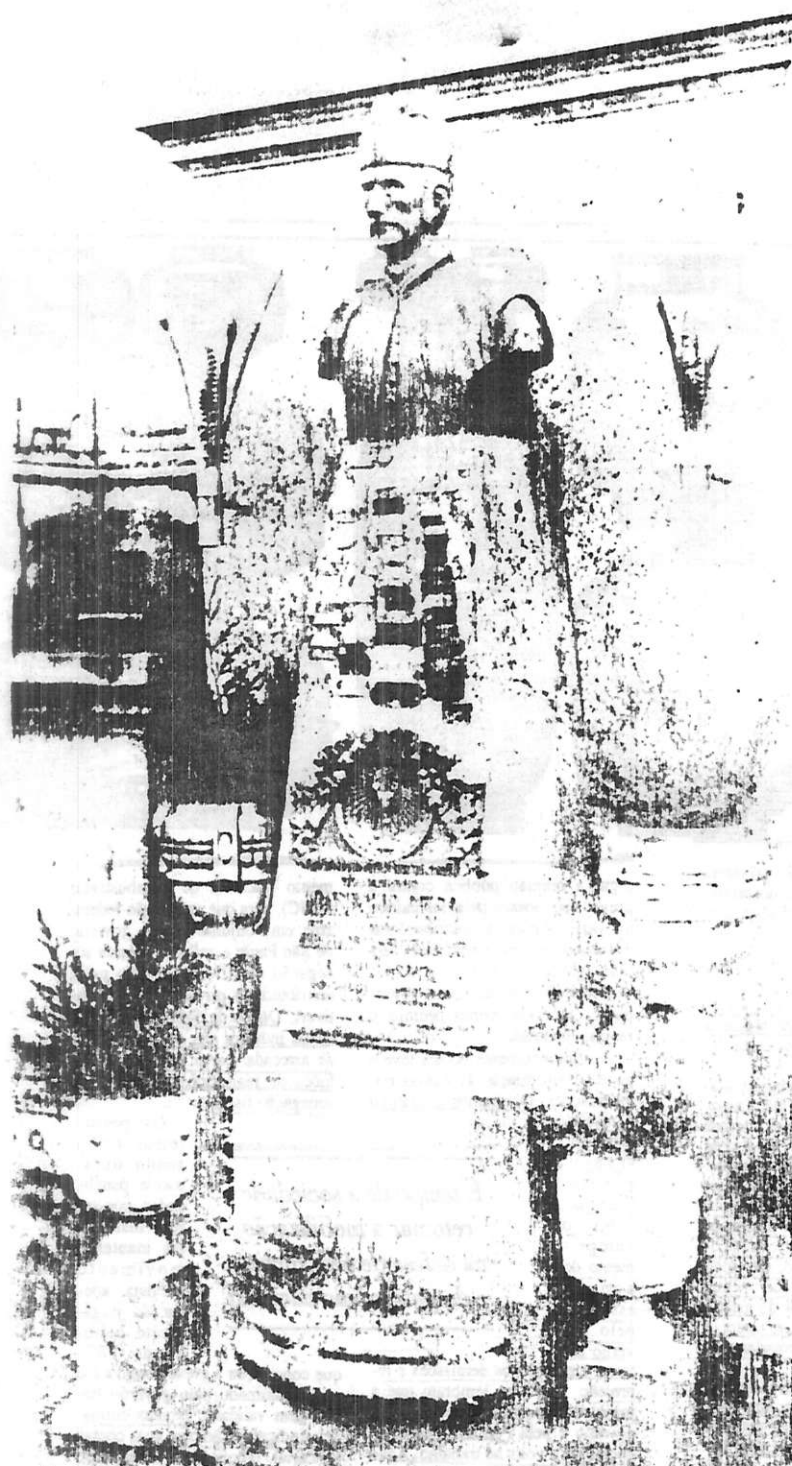


Foto do acervo e texto de Cid Destefani.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA 27 DE JUNHO DE 1995.

" O CRIME DO GÁS E OUTROS CRIMES "

Folha de São Paulo.

O reajuste de 29% no preço do gás de cozinha, decretado em 19 de junho, expõe com didática clareza a natureza promíscua das relações entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e as empresas privadas do setor de distribuição de derivados de petróleo.

Mais de 15 dias depois da suspensão da greve dos petroleiros, com a produção e a distribuição de derivados normalizadas em todo o país, as distribuidoras de gás, em conluio com o governo, privaram novamente a população do produto, para voltar a oferecê-lo já com os novos preços.

Trata-se de crime qualificado contra a economia popular, tanto mais quando se sabe que esse reajuste já estava acertado desde a sexta-feira, 16 de junho, o que foi ocultado pelo governo.

Outra denúncia igualmente grave, foi formulada pela BR Distribuidora e divulgada pelo jornal "Tribuna da Imprensa", do Rio de Janeiro, em 14 de junho passado. Segundo a reportagem, a distribuidora Shell do Brasil S/A não retirou, no dia 1º de junho, a cota de 3,5 milhões de litros de combustíveis a que tinha direito, deixando de abastecer os postos que operam sob a sua bandeira (26% do mercado) e contribuindo assim para o clima de exasperação popular contra os petroleiros.

Outros dados publicados na mesma matéria mostram que o suprimento de derivados de petróleo colocado à disposição das distribuidoras no período da greve chegou a 85% do normal, o que daria para abastecer os postos com tranquilidade.

Durante a greve fomos deslealmente acusados nos meios de comunicação pela indisponibilidade de gás de cozinha e outros derivados de petróleo para a população. Na ocasião, não nos cansamos de afirmar que essa falta de derivados era uma tática deliberada do governo e das distribuidoras para



jogar a opinião pública contra a greve, mas nossas palavras caíram no vazio. Agora, as distribuidoras utilizam o mesmo expediente para obter ganhos financeiros e, ao invés de serem punidas pelas autoridades recebem como prêmio o reajuste pleiteado.

Postura totalmente oposta teve o governo em relação às nossas reivindicações. Queríamos o diálogo e recebe-

mos intransigência. Queríamos o cumprimento do acordo assinado pelo governo anterior e recebemos demissões e re-

pressão. Todos se lembram que a principal condição imposta pelo governo e pela Petrópolis para negociar era a volta ao trabalho. Agora fica claro, porém, que tudo não passou de uma manobra, pois a empresa continua com a mesma postura intransigente, recusando-se a atender quaisquer das nossas reivindicações.

Nesses últimos dias, a imprensa noticiou outro fato que deve contribuir para a nossa reflexão coletiva. Trata-se das gestões que o governador Mário Covas está fazendo junto à Petrópolis e ao Departa-

mento Nacional de Combustíveis (DNC), para que este órgão federal atue em conjunto com o governo de São Paulo e coíba a violenta sonegação de ICMS praticada pelas distribuidoras privadas de combustíveis. Dados da Secretaria da Fazenda indicam que o Estado deixa de arrecadar cerca de R\$ 140 milhões de reais por mês com essa sonegação fiscal.

Os petroleiros estão sendo duramente penalizados por terem insistido em manter o movimento grevista, apesar do julgamento político do TST.

que considerou a greve abusiva e o acordo assinado pelo governo inatual sem validade. Nossas entidades sindicais estão com suas contas bancárias bloqueadas, ameaçando inclusive o pagamento dos salários de seus funcionários, e tiveram seus poucos bens penhorados. A Justiça do Trabalho, que demora anos para julgar uma ação em favor do trabalhador, age com rapidez alucinante em sentido contrário.

Enquanto os dirigentes sindicais petroleiros são tratados como bandidos por terem coordenado uma greve livremente decidida por suas

base, a Justiça a devolveu ao Tesouro de São Paulo. O Sindicato, é recebido aqui pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A Justiça a devolveu ao Tesouro de São Paulo. O Sindicato, é recebido aqui pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A Justiça a devolveu ao Tesouro de São Paulo. O Sindicato, é recebido aqui pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

la Justiça a devolveu ao Tesouro de São Paulo. O Sindicato, é recebido aqui pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A Justiça a devolveu ao Tesouro de São Paulo. O Sindicato, é recebido aqui pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O governo proibiu a negociação entre os petroleiros e o governo de São Paulo. A empresa petroleira tripudiar, "readmitir" 35 funcionários que nunca foram demitidos. Ao mesmo tempo, o governo de Henrique Cardoso fez um acordo com os ruralistas que leva o Tesouro Nacional em R\$ 930 milhões e gasta os recursos do Fundo Social de Emergência em milhares de flores, presentes e outros capangas.

São exemplos de como a aliança PSDB/PFL/PPR pretende conduzir o governo do país até 1998. É tempo de dar um basta a essa política, exigindo uma postura da ca desse governo. É tempo de a sociedade —sobretudo os trabalhadores— retomar a mobilização em torno da defesa de seus direitos e do patrimônio nacional. Do contrário, continuaremos reféns dos petroleiros, das multinacionais do petróleo, das distribuidoras de gás e combustíveis e das demais forças de interesse que gravitam em torno do governo federal.

ANTÔNIO CARLOS SPIN. 44, é advogado administrativo da Petrópolis, diretor do Sindicato SP (Sindicato dos Trabalhadores em Indústria da Descarga e Refinação da Petrobrás de São Paulo, São Caetano do Sul, Sorocaba, Guaratinguetá e Suzano) e coordenador da Frente Única dos Petroleiros (FUP).